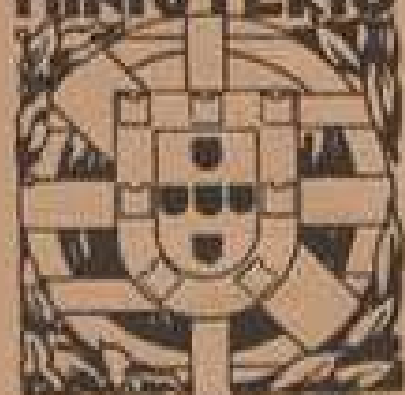


MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES



REPÚBLICA
PORTUGUESA

BOLETIM

DA DIRECÇÃO GERAL
DOS EDIFÍCIOS E MO-
NUMENTOS NACIONAIS
MONUMENTOS



IGREJA DE N. S. DA ORADA

19

MARÇO DE 1940

Números já publicados

- N.º 1 — Leça do Balho.
N.º 2 — Igreja de Cedofeita.
N.º 3 — Igreja de Cete.
N.º 4 — "Domus Municipalis"
de Bragança.
N.º 5 — Muralhas de D. Fer-
nando-Pôrto.
N.º 6 — Igreja Matriz de Ca-
minha.
N.º 7 — Igreja de S. Pedro de
Ferreira.
N.º 8 — O Castelo de Guilma-
rês.
N.º 9 — Igreja de S. Pedro de
Roriz.
N.º 10 — Frescos.
N.º 11 — Igreja de S. Fins de
Friestas.
N.º 12 — S. Pedro de Leiria.
N.º 13 — Matriz da Batalha.
N.º 14 — S.^{ta} Clara de Vila
do Conde.
N.º 15 — S. Salvador de Tra-
vanca.
N.º 16 — Igreja Matriz da
Lourinhã.
N.º 17 — Igreja de Paço de
Sousa.
N.º 18 — S.^{ta} Maria de Sintra.

20E

BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

XIX

A IGREJA

DE

NOSSA SENHORA DA ORADA

REPÚBLICA  PORTUGUESA
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

BOLETIM
DA
DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

A IGREJA
DE
NOSSA SENHORA DA ORADA

N.º 19
MARÇO DE 1940

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO DE GRAVURAS E TEXTO
NAS OFICINAS DA
• MARANUS •

EMPRESA INDUSTRIAL GRÁFICA DO PÓRTO, L.D.A
174 — RUA DOS MÁRTIRES DA LIBERDADE — 178
TELEFONE 2798

GRAVURAS DAS OFICINAS MARQUES ABREU — PÓRTO

A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ORADA

(NOTÍCIA HISTÓRICA)

NOS derradeiros anos do século XI, quando percorria em longas jornadas de instrução e de posse as terras do seu condado de Portugal, D. Henrique de Borgonha, o mais antigo obreiro da nossa nacionalidade, encontrou êrma e quasi totalmente arrasada a povoação que depois devia renascer com o nome de Melgaço. Expulsos os moiros — que o impeto irresistível dos sucessores de Pelágio continuamente rechaçava para o sul da Península — nenhum novo núcleo de população ali criara raízes; e até o castelo comarcão, que se dizia ter sido construído pelos invasores árabes sôbre os alicerces de um castro romano, apenas negrejava no seu morro como ruína quasi informe.

Necessitando de concentrar tôda a atenção e tôda a actividade em emprêsas de maior vulto, o Conde D. Henrique não curou de repovoar aquêles sítios agrestes, que então podia julgar livres de qualquer perigo ou ameaça grave; ordenou apenas que a decrépita fortaleza mourisca fôsse beneficiada com as necessárias obras de consolidação, a-fim-de assegurar, como cumpria, a defesa da terra, no caso de lá chegar, em dias futuros, alguma das temerosas contendias que desde os primeiros tempos da Reconquista perturbavam de quando em quando a vida política da Espanha cristã.

Assim esquecido, senão inteiramente abandonado, jazeu ali, durante muitos anos ainda, o alto e áspero chão onde hoje se vê a vila de Melgaço. Depois do falecimento de seu marido, a rainha D. Tareja — sempre atormentada, como êle, por grandes trabalhos de ambição — nada fêz também para remediar ou minorar tam imprudente desamparo; por isso, nem o castelo, a-pesar dos «reparos» com que o Conde D. Henrique firmara as suas muralhas centenárias, logrou afrontar sem renovados danos a incessante e traiçoeira guerra do tempo. Por seu turno, D. Afonso Henriques, só ao cabo de 30 anos de reinado, em 1170, atentou na conveniência de prover de boa e basta gente aquêle recanto da terra hereditária, destinado a converter-se, pela sua situação, em um dos mais úteis baluartes de defesa do novo reino; mas, pronto em remediar o mal que tam tarde havia reconhecido, logo remiu com decisão e acêrto êsse pecado de imprevidência. Pouco depois, os primeiros colonos para ali enviados por ordem régia davam princípio à sua obscura obra de progresso nacional e social. Ao mesmo tempo, para lhes inculcar maior fé na própria segurança e na segurança das suas searas, outras providências foram tomadas; e em breve, na terra extrema que ao norte sobranceava o rio, a possante fortaleza sarracena, ampliada e robustecida, reocupava firmemente o seu lugar de sentinela raiana. A póvoa portuguesa de Melgaço tinha finalmente nascido.

Diminuindo de certo modo a importância de alguns dêstes factos, uma versão corrente, abonada por certas memórias monásticas, persuade entretanto que já em tam remota era se erguia a curta distância do castelo, entre outras construções de grande antiguidade, a Igreja de Nossa Senhora da Orada. Ignorava-se a data da sua fundação e o nome do fundador. Edificada no tempo em que a moral cristã começava a moderar os costumes bárbaros dos visigodos, havia resistido como que por milagre

(dizia-se) aos maus tratos da natureza e dos homens, durante o período da dominação árabe — acrescentando-se ainda que depois disso, no reinado de D. Ramiro II de Leão, fôra anexada a um pequeno mosteiro de monges bentos mais ou menos sujeitos à grande casa conventual que anteriormente obtivera para a mesma Ordem a doação de tôda a vizinha terra de Fiães.

Segundo a tradição que guarda lembrança de tais sucesos, aquêle mosteiro-vassalo, secularizado por motivos que se desconhecem nos longínquos anos do govêrno de D. Tareja, convertera-se afinal (juntamente com a cêrca e outras terras contíguas) em uma simples propriedade particular — que, adquirida pouco depois pelos Templários, dêles recebera o nome de Quinta dos Cavaleiros que lhe é conferido nos documentos do século XII. Se com efeito assim aconteceu, pode afirmar-se que foi singularmente passageira a posse da aguerrida milícia do Templo, visto que, volvidos alguns lustros, já a chamada Quinta dos Cavaleiros pertencia *in totum* a uma dama de grandes haveres, a Condessa D. Frolhe (1), que no ano de 1166, por meio de uma escritura de doação, a entregou de novo, e com outro nome — o de Quinta da Orada — aos monges negros de Fiães.

Porque não foi incluída a Igreja nessa doação, a que se podem atribuir em verdade intuitos idênticos aos de um vulgar legado pio? Por não ter existido, de-facto, o suposto Convento da Orada? Por se haver estabelecido qualquer distinção entre êste e o templo da Virgem, através de tantas alternativas de posse? Finalmente, por se achar em completa ruína (e, portanto,

(1) Nenhum dos narradores de tam miúdas ocorrências se detêm a identificar esta senhora. Afigura-se-nos, entretanto, que deve ser a segunda das duas filhas que D. Sancho Nunes de Barbosa teve de sua mulher D. Tareja, irmã bastarda de D. Alonso Henriques. Essa rica-dona, D. Frolhe Sanches, foi casada com D. Pedro Fernandes de Bragança, governador das terras trasmontanas de que deriva o seu apelido e a quem geralmente se confere, ao uso do tempo, o título de conde.

sem valor) a velha casa de oração? Ignora-se. Cumpre notar, em todo o caso, que D. Afonso Henriques, ordenando pouco depois, em 1170, a reconstrução do desmembrado edificio, sancionou implicitamente a inclusão do edificio no rol dos bens da Coroa.

Foram importantes — quasi totais, segundo parece — as obras que ali se realizaram por iniciativa do primeiro rei português. Mas, assim reconstituído o templo, qual a pessoa a quem coube a missão de velar pela sua conservação e pelo exercício regular do culto? Evidentemente, esse duplo encargo não podia ser confiado aos humildes colonos que por aquêles sítios ainda então se estavam aldeando. Sem dúvida, o rei devia ter providenciado, no lance, para evitar o malôgro dos esforços que despendera; contudo, nenhum documento ou referência digna de crédito nos revela como e por quem foi administrada a famosa igreja melgacense durante os 37 anos que se seguiram à reconstrução: os últimos 15 do reinado de D. Afonso Henriques e os primeiros 22 do reinado de D. Sancho I. Na realidade, foi somente em 1207 que o segundo rei de Portugal — ou por ver já arruinada a obra de seu pai ou por acatar a tradição que conferia direitos de fundadora à Ordem de S. Bento — resolveu doar o templo (escritura de 11 de Setembro do mesmo ano) ao vizinho mosteiro de Fiães.

Êste cenóbio, colocado sob a protecção de S. Cristóvão, era então um dos mais ricos das Espanhas. Além de vastas propriedades no Minho, em Trás-os-Montes e na Galiza, possuía avultadíssimas rendas em muitas outras províncias. Tal circunstância, muito celebrada por vários autores — alguns dos quais reduzem a quasi nada a diferença entre o poder real e o dos abades de Fiães (1) — concorre também (e não menos do que

(1) «...vulgarmente se dizia não haver alguém tam poderoso como o Dom Abade de Fiães, depois de el-rei». — A. Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa* — tomo I.

aquelas que já apontamos) para justificar a providencial doação do rei Povoador. Com efeito, pode crer-se talvez que só a esse acto deva a Igreja da Orada a fortuna de ter chegado ainda válida e venerada aos nossos dias. Foram indubitavelmente os monges de Fiães os edificadores do templo «de excelente estrutura, porque é fabricado de boa cantaria», que ali encontrou, no último quartel do século XVII, durante a sua devota peregrinação de cronista mariano, o insigne Fr. Agostinho de Santa Maria (1). Nos cinco séculos até então decorridos depois da data da reconstrução ordenada por D. Afonso Henriques, muitas vezes o histórico abrigo de Nossa Senhora da Orada devia ter conhecido o inglório tormento das grandes obras — quer as de mera reparação (nem sempre inofensivas, mas quasi sempre bem intencionadas), quer as de ostentação ou capricho, empreendidas para contentar a vaidade dos reformadores.

De qualquer modo, parece poder afirmar-se que os omnipotentes abades do mosteiro de Fiães, embora autores e réus de vários desacertos estéticos, nunca se furtaram deveras às obrigações derivadas da sua dupla qualidade de padroeiros e administradores. Talvez o raro zêlo assim evidenciado não deva filiar-se exclusivamente em pensamentos ou propósitos de inspiração divina, visto que nunca deixaram de o estimular certas circunstâncias dimanadas de vulgares interesses terrenos; mas seria iniqüidade, senão malevolência, atribuir apenas a tais circunstâncias o cuidado tutelar que através dos séculos defendeu ali, no mais afastado ponto da raia minhota, a vida e as tradições do monumento.

Para justa apreciação dos factos, deve recordar-se que o templo de Nossa Senhora da Orada, além de constituir como que um marco de posse do mosteiro de Fiães em terras que pouco

(1) *Santudrio Mariano*, tomo IV, livro I, título LXIX.

a pouco se iam urbanizando, era também, conforme se dizia, uma arca de boa medida, que os povos circunvizinhos, de aquém e além fronteira, conservavam sempre cheia, tal o número e o vulto das «esmolas» com que todos pretendiam agradecer ao Céu os favores incessantemente pedidos e concedidos como milagres.

Os memorialistas antigos são pródigos em notícias tendentes a celebrar os extremos de devoção que desde tempos imemoriais, dentro e fora do reino, sempre inspirou a imagem da Virgem ali entronizada. Um d'êles, o já citado Fr. Agostinho de Santa Maria, esclarece que a primitiva imagem, a «Senhora antiga» — porventura a mesma que ali encontrou em 1170 o nosso primeiro rei — «se desfez com o decurso dos anos», sendo por isso substituída (não informa quando) por outra «de perfeitíssima escultura», que logo alcançou também a confiança e a veneração de todos os fiéis. O autor do *Santuário Mariano* detém-se a descrever esta segunda imagem com dizeres de filial enternecimento. Apresenta-a esculpida em madeira, «com as roupas estofadas de ouro», o Menino-Deus no braço esquerdo, piedosa e doce como a desenham as palavras da Salve-Rainha. Amigo de minudências, fixa também o seu tamanho: «cinco palmos de estatura» (1).

A fama dos prodígios atribuídos a esta imagem por inúmeras gerações de fiéis nunca foi, evidentemente, amplificada com intuitos censuráveis pelos monges de Fiães, cuja credulidade devia igualar, senão exceder, a dos devotos seculares de mais acendrada fé; cumpre reconhecer, porém, que tanto essa fama como os benefícios por ela produzidos concorreram de notável modo para fortalecimento e persistência do amparo dispensado em todos os tempos à Igreja da Orada. Sem dúvida, os beneditinos, como velhos e valorosos soldados da Fé, não se

(1) Loc. cit., pág. 251.

eximiriam a quaisquer sacrificios que acaso se tornassem precisos para manter sem quebra uma devoção tam antiga e de tam largo âmbito; mas não será injusto supor que a contribuição voluntária e sempre generosa dos fiéis facilitasse consideravelmente a realização daquele desígnio, permitindo que os respectivos encargos não sobrecarregassem em demasia os orçamentos da comunidade.

Durante quási todo o ano, e sobretudo nos onze dias que decorrem desde a quinta-feira de Ascensão até ao domingo de Pentecostes — em plena primavera, portanto — afluíam ali centenas de romeiros a quem o reconhecimento dos favores já obtidos ou a esperança de outros não menos desejados traziam por vezes de muito longe; e sempre a exaltada fé de tóda aquela multidão de crentes enriquecia com o testemunho de novos prodígios a maravilhosa história do santuário melgacense. Das lendas assim formadas — e mais ou menos recompostas, de geração em geração, pelo irreprimível e desmalicioso imaginar do povo — são ainda muito numerosas as que chegaram aos nossos dias. Algumas, por nímia candidez, a si mesmas abonam a antiguidade da própria origem e nos permitem admirar a continuidade e a extensão da influência exercida na vida social dos povos circunvizinhos pelo culto da Senhora da Orada.

Entre essas, uma das mais curiosas é a que celebra a actividade sobrenatural despendida pela sagrada imagem (pois à imagem, pròpriamente, mais ainda que à alta figura religiosa por ela representada, se dirigiam de-facto os devotos) para libertar os cristãos retidos outrora nas séjanas mouriscas após os reveses que acidentaram algumas das nossas guerras de conquista na África do norte. O historiador do culto mariano, arrimado a tradições multi-seculares, conta que *«por favor e intercessão da milagrosa Senhora se livraram muitos cativos que estavam em prisões em terra de Mouros»*. Arrancados sem nenhum esforço

próprio ou alheio dos cárceres onde jaziam, êsses afortunados cativos atravessavam, com inconsciência de quem sonha, os agrestes plainos marroquinos, as águas do Mediterrâneo, os montes e os vales do sul da Península — e, «*milagrosamente ou por ministério dos anjos, apareciam às portas do Templo da Senhora com os grilhões e correntes com que estavam presos*» (1).

Atentando neste panorama de maravilhas, não pode estranhar-se, em verdade, que à longa série dos milagres da Virgem da Orada se juntasse ainda mais um, muito menos surpreendente do que todos os outros, mas nada vulgar, contudo, na história dos nossos monumentos religiosos. Queremos referir-nos ao conjunto de circunstâncias que preservou de incuráveis males de ruína o edifício agora restaurado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Notando assim o facto verificado, não é nosso intuito afirmar que a Igreja da Orada deva somente obras úteis ou benéficas aos monges dos dois ramos da Ordem de S. Bento que durante 627 anos a possuíram: os beneditinos e os cistercienses. Nem uns nem outros estão, com efeito, isentos de culpas. Os últimos, sobretudo, se até aos tempos áureos da restauração nacional limitaram o seu cuidado de administradores a meras obras de amparo, não souberam ou não quiseram subtrair-se depois às influências que em determinada época tanto contribuíram para o abastardamento estético de quasi todos, senão todos, os velhos templos portugueses. Essa época de desordem mental e falso progresso compreende, como se sabe, os inquietos anos decorridos desde a segunda metade do século XVII até ao agonizar do século imediato. Senhores do mosteiro de Fiães, os religiosos de Cister, que tantos atropelos praticaram na casa-mãe de Alcobaça, também ali, no pequeno templo de Melgaço, não venceram a pretensão de melhorar (isto é, adaptar ao

(1) Frei Agostinho de Santa Maria — *Santadrio*, tomo IV, pag. 251-52.

seu gosto sem lei) o que haviam recebido intacto dos seus antecessores. Intacto, em verdade? Pode-se conjecturá-lo e talvez admiti-lo. De facto, parece que na última reconstrução (anterior a tal época) se diligenciou conservar a primitiva feição da Igreja — severa e rude como a fé dos homens fortes que meio milénio antes haviam assistido aos trabalhos da grande reconstrução afonsina.

No desorientado *fervet opus* das inovações que desfiguraram então o aspecto interior do templo, substituiu-se o antigo arco da capela-mor por outro de desairosas e desmedidas linhas; improvisou-se um púlpito e até um câoro de grandes dimensões; entaipou-se a porta que comunicava a igreja com o adro, na fachada do sul; rasgaram-se em uma das paredes laterais da ábside duas grandes aberturas, fresta e porta; ocultou-se com uma aparatosa armação de madeira, sobrecarregada de vulgaríssimas talhas, o antigo altar de pedra; e por fim construiu-se ainda, no corpo da igreja, um novo altar, também de madeira e com idênticas extravagâncias ornamentais.

Exteriormente, foi menor a actividade reformadora — e mal se poderá atribuir aos frades qualquer responsabilidade nas obras de deturpação ali efectuadas. A de maior vulto notou-se na frontaria, onde a antiga janela cimeira appareceu mascarada e como que açaimada pela armação de ferro que nas suas molduras se chumbou, para sustentar um pequeno sino. Tudo induz a crer que este grosseiro atentado date dos tempos post-monásticos — talvez dos últimos decénios do século XIX — pois é difficil conciliá-lo com o respeito que aos monges de Fiães devia merecer o brasão esculpido na grande pedra ali sobreposta para honrar a Ordem e asselar com maior evidência os seus direitos de posse.

O pórtico principal, admirável pela eurythmia e elegância das suas linhas, apenas sofreu, no perigoso período das reformas,

algumas «beneficiações» superficiais, que não ofenderam deveras qualquer elemento do antigo modelado architectónico. Quási o mesmo se pode dizer do pórtico da fachada do norte, cuja simplicidade, realçada por um curioso tímpano esculpido, merece detida e carinhosa atenção. Por seu turno, as cachorradas que correm ao longo das fachadas laterais e sustentam ainda, com a sua característica graça arcaica, o respaldo da frontaria, lograram atravessar ilesas todos os séculos que distanciam do nosso tempo a incerta época em que o cinzel, sempre imaginoso, dos canteiros medievais, lhes deu vulto e feição própria: apenas o Tempo, que às vezes também é artista, suavizou pouco a pouco as principais linhas de relêvo, fazendo com alguma poesia a sua obra de desgaste.

Dêste modo, embora abundem em todo o templo vestígios denunciadores de antigos delitos de lesa-arte e lesa-tradição, é certo que nenhum libelo contra os cistercienses de Fiães poderá reunir provas suficientes para fundamentar uma sentença que condene com inteira justiça os seus actos administrativos. Amparando o templo durante cêrca de 5 séculos e poupando-o sempre — mesmo quando ofenderam de algum modo a sua integridade architectónica — a profundas e incuráveis feridas, os filhos de S. Bernardo são talvez mais dignos de louvor que de censura. Expulsos em 1834 do seu mosteiro, entregaram a Igreja da Orada, ainda prestigiada e robusta, às autoridades laicas do concelho. Foi sòmente depois de tal mudança que aquêlê pequeno baluarte fronteiriço da fé cristã de nossos avós (tal como todos os templos então atingidos pelo vendaval revolucionário) conheceu as vicissitudes, o desamparo cruel dos ediffícios sem dono certo; e teria porventura desaparecido completamente, como velharia inútil, se a antiqüíssima fama devota da Senhora da Orada lhe não assegurasse, em tam longo e difficil transe, a protecção activa do povo das cercanias.

Sem embargo disso, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, quando iniciou a restauração do monumento, achou ainda firmes nos seus alicerces tôdas as paredes, e sem graves danos os principais trechos decorativos; sòmente, a adiantada ruína dos telhados ia apressando a ruína geral do edificio, e não faltavam já em tôda a parte, quer no corpo da igreja quer na capela-mor, claros indícios de desagregação. O mal era visível e quasi ameaçador. Urgia, portanto, atalhá-lo. Verificado êsse facto, os trabalhos de consolidação e asseio estético principiaram logo em seguida, sempre orientados, como é uso e timbre da Direcção Geral, pelo propósito de restabelecer aproximativamente, sem nenhuma aventura de imaginação, a fisionomia tradicional do templo. Numerosas, mas não irreduzíveis, foram as dificuldades. A circunstância de ter sido possível salvar diversos elementos architectónicos que se criam perdidos, e ainda a solidez relativa dos principais membros do monumento, concorreram deveras para tornar menos árdua a tarefa empreendida.

Certo, seria inconseqüência procurar na igreja actual o corpo ressuscitado, a sombra viva daquela que o nosso primeiro rei mandou erigir em meio dos escombros da *orada* cristã fielmente conservada pelos moçárabes locais nos ominosos anos da occupação sarracena; mas se entre o edificio sobrevivente e os que ali o antecederam devem ser consideráveis as diferenças de traça e configuração, cumpre não esquecer que muitos dos materiais ainda hoje existentes (sem exclusão, talvez, dos mais nobres) foram sem dúbida herdados de um, de alguns ou de todos os templos extintos. Êsse facto, assim como a antiguidade da reconstrução de que nasceu o edificio agora restaurado, e ainda mais a estranha vitalidade do sentimento religioso que prolongou a existência real da Igreja através de tôdas as tormentas acumuladas pela natureza e pelos homens durante cêrca de um milénio

— tudo isso, com o seu prodigioso poder de unificação, quasi apaga, em verdade, os mais divergentes aspectos constructivos da famosa instituição, e funde em um só todos os templos que o templo actual representa.

Eis o que justifica e singularmente dignifica a restauração que acaba de fazer-se.



A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ORADA

I

ANTES DA RESTAURAÇÃO

EMBORA chegasse aos nossos dias sem lesões de extrema gravidade, a Igreja de Nossa Senhora da Orada não conseguiu eximir-se, todavia, aos fados adversos que durante os últimos séculos tanto atribularam a existência dos velhos monumentos religiosos de Portugal. Os reformadores antigos e os demolidores modernos, procedendo com diversa intenção, mas quasi igual violência destrutiva, também ali secundaram persistentemente, sobretudo em épocas mais próximas, a obra subversora do tempo.

É justo acentuar, em todo o caso, que foram os agentes maléficos da Natureza os que maiores danos causaram na parte exterior do edificio. Os administradores de Fiães, depois de haverem concluído *in illo tempore*, em obra de reconstrução, o templo que actualmente subsiste, não empreenderam, de-facto, qualquer reforma tendente a modificar-lhe o aspecto geral; dos trabalhos por elles promovidos, poucos são os que se podem lançar, com pêsso de verdadeiros delitos, sôbre a sua responsabilidade. Entre os de maior vulto distinguem-se as mutilações que fizeram desaparecer os fustes das colunas primitivamente erguidas sob o airoso arco da fresta da frontaria, e a dupla laceração da parede (lado norte) da capela-mor, onde se introduziu uma larga fresta e se transformou em porta o nicho ali existente.

Interiormente, porém, a actividade foi grande, em determinado período. Os homens do século XVIII deixaram no pequeno templo de Melgaço, como em todos os que lhes legou a fé dos antepassados, os mais claros testemunhos do seu irreverente zêlo modernizador — zêlo que todos êles criam, sem dúvida alguma, ao serviço de uma grande iniciativa de aperfeiçoamento ou progresso artístico. A êsses innovadores inscientes se deve a substituição do antigo arco da capela-mor por outro que se lhes afigurou por certo mais belo ou mais útil, delineado com tamanhas e tam desproporcionadas dimensões, que as suas grossas aduelas de pedra, inteiramente desornadas, apenas se detinham junto das paredes laterais da ábside — abrangendo, portanto, tòda a largura desta e quási tòda a do corpo da igreja. Êsse grave atropêlo architectónico, tam semelhante a um acto de usurpação, determinou, além da criminosa destruição do arco primitivo — modêlo de equilfbrio estético e construtivo — o total desaparecimento dos nichos que o flanqueavam, assim como da fresta que no alto, perto das vigas do telhado, coava a claridade necessária para suavizar o aspecto das severas cantarias da parede.

Embora a amplificação do arco tivesse tornado mais acessível à luz exterior o exíguo recinto da capela-mor, êsse facto não impediu que se abrisse simultâneamente, na parede do lado norte da mesma capela, conforme já referimos, uma fresta destinada a iluminar o respectivo altar e uma porta que estabelecia comunicação directa com o adro. A abertura da fresta teve por causa, evidentemente, a circunstância de haver desaparecido outra, a primitiva, por detrás do imenso e desgracioso retábulo de madeira com que também por aquêle tempo foi dotado o altar-mor. Na partilha das «bemfeitorias» que então alteraram a feição interior do templo, coube na realidade um farto quinhão a êsse altar — o único ali existente desde os remotos anos da fundação. Construído, com rudeza medieval, de pedras escuras e mal pulidas,

pode presumir-se, talvez sem erro, que só algum escrúpulo religioso obstou à sua demolição. Ante essa reliquia dos tempos primitivos, os reformadores de Fiães, transigindo com sacrifício das suas aspirações, limitaram-se a ocultar — a ocultar para sempre, criam provavelmente — o que lhes desagradava; e com um revestimento de madeira, adereçado em briosa competência por marceneiros, entalhadores, douradores e pintores, resolveram por fim o difícil problema, sem perigosa ofensa dos direitos da Senhora da Orada ou dos direitos que a si próprios reconheciam. Entretanto, como se uma compensação lhes fôsse necessária, logo resolveram erigir outro altar no corpo da igreja, junto da parede do norte, entre o pórtico lateral e o ângulo vizinho da capela-mor.

Enquanto assim se desfigurava todo o interior do edifício, entaipava-se na nave a primitiva porta da fachada sul, a fim de que uma larga e extensa escada, arrimando-se à parede, pudesse livremente subir ao encontro do púlpito que ali se improvisou então; e mais abaixo, abarcando tôda a largura da Igreja e cêrca de um têtço do respectivo comprimento, um còro aparatoso — quási um còro de catedral — bem firme em altos pilares, contribuiu também para divorciar do seu passado e das suas tradições de ermida aldeã a antiga moradia da Senhora da Orada.

Nestas e em outras innovações de menor vulto não se encontrou coisa alguma que, por mérito superior ou simples utilidade, atenuasse de algum modo os delitos de anacronismo tam cegamente acumulados pelos autores responsáveis. Construções de mera ostentação, pobres de sentido religioso e artístico, sem nobreza nem equilíbrio, com erros de concepção e erros de realização igualmente grosseiros — eis o que acusou, afinal, o balanço crítico de tais iniciativas. Por isso, à reconstituição do primitivo arco da capela-mor — cujas aduelas foram encontradas em meio da alvenaria das paredes ulteriormente recompostas — seguiu-se, no programa dos trabalhos de reinte-

gração efectuados pela Direcção Geral, o apeamento do côro, do púlpito e dos altares de madeira. Ao cabo dessa rude tarefa, a Igreja de Nossa Senhora da Orada viu-se finalmente liberta de tôdas as falsas e já desluzidas pompas com que fôra humilhada, recuperando em troca, sem nenhum excesso ou deficiência, os bens hereditários que, por abandono, esbulho e natural desgaste, havia perdido.

Mas o desamparo, mais ou menos disfarçado, em que jazeu o templo depois da extinção das ordens religiosas, não deixara de abrir à ruína, em quasi todo o edificio, alguns escondidos e perigosos caminhos. Os telhados, na realidade indefesos desde aquella época revôlta, não estavam longe do risco de desabamento geral. Para evitar a catástrofe, foi necessário apeá-los e, com nova armação e novas telhas, recobrir completamente a nave e a capela-mor.

Como se vê, os nossos monumentos religiosos oferecem quasi sempre os mesmos factos para a história architectónica que a Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais está escrevendo, à vista dos portuguezes de hoje, em todo o País. As diferenças — que existem e são por vezes consideráveis — provêm apenas da dissemelhança das páginas de pedra onde se escreve essa história e da importância ou alcance dos factos concorrentes. Na Igreja da Orada, os trabalhos de consolidação e reintegração, tendo demandado, de-facto, larga soma de esforços, não foram todavia dificultados pela necessidade de resolver problemas de grande monta, já porque se não verificou (como freqüentemente succede) qualquer extravio de elementos essenciais, já porque rarearam, em verdade, mutilações profundas ou deformadoras. Os vários atentados que o templo sofreu nunca feriram deveras a sua estrutura orgânica e só excepcionalmente atingiram os pormenores decorativos de maior estimação. A-par disto, os entaipamentos, além de serem pouco numerosos, não ocasionaram nenhum dos estragos que a grossa alvenaria empregada usualmente em tais obras tantíssimas vezes produz e dissimula.

Depois da restauração do edificio pròpriamente dito, ainda outra obra se julgou indispensável, para que a obra geral não ficasse incompleta: o rebaixamento e lajeamento do chão da Igreja. Durante os trabalhos que logo se iniciaram para a realizar, refez-se com novos materiais a larga escada de pedra destinada a corrigir o desnível existente entre o pavimento da nave e o da capela-mor — desnível que as reformas do século XVIII haviam quasi eliminado, com ofensa das nobres proporções do templo. Fora, em frente do pórtico principal, a escada que dá acesso à Igreja foi também recomposta, suprimindo-se então, como cumpria, o lanço inferior que modernamente se lhe acrescentara com o fim de estabelecer mais breve e directo caminho entre o templo e a estrada que ali corre em demanda das terras da Galiza. A deslocação dessa parte da escada para um dos extremos laterais do adro, permitiu que este (regularizado e também lajeado) rodeasse completamente a Igreja, de harmonia com a antiga traça e com a tradição geral.

No seu histórico domicílio — que o é igualmente da avoenga fé portuguesa — a Virgem da Orada não deixará talvez de reatar agora, em maior comunhão com o Passado, o maravilhoso fio dos seus milagres. Possa ela, usando em benefício próprio e da Nação o seu poder divino, conseguir que os homens do futuro, mais respeitadores que os de outrora, conservem com dignidade e constância o que nós, homens de hoje, tam confiadamente lhes legamos!



AS OBRAS DE RESTAURAÇÃO

FORAM numerosos e nem sempre isentos de dificuldades os trabalhos que se executaram na Igreja de Nossa Senhora da Orada, para fazer desaparecer — mais que os danos causados pelo tempo — as grandes e pequenas deturpações com que ali se assinalou em várias épocas o mal inspirado zêlo dos administradores. A resumida nota que se segue completa com indicações mais minuciosas o que atrás referimos e permite avaliar a importância do esforço despendido nesta nova obra — que, como tôdas as anteriores, foi orientada pelo pensamento de valorizar o património architectónico da Nação.

I — Apeamento de dois altares de madeira modernamente construídos : o da capela-mor e o da nave.

II — Reconstrução da parede semi-destruída para dar lugar ao último dos referidos altares.

III — Apeamento do côro e do púlpito, assim como das respectivas escadas.

IV — Entaipamento da nova fresta da capela-mor, bem

como da porta que tinha sido aberta ao lado da mesma fresta, em substituição de um antigo nicho, que foi restaurado.

V — Desentaipamento do segundo nicho da capela-mor, na parede do lado oposto (sul).

VI — Reabertura da porta da fachada sul, que fôra entaipada para se poder firmar na respectiva parede, interiormente, a escada do púlpito.

VII — Apeamento do novo arco da capela-mor e restauração do antigo, com aproveitamento das aduelas respectivas, que foram encontradas.

VIII — Desentaipamento e reconstituição dos típicos nichos que ladeavam o mesmo arco.

IX — Reconstrução completa da cobertura da nave e da capela-mor.

X — Rebaixamento do pavimento da Igreja e assentamento de novas lajes.

XI — Construção e assentamento de vários degraus, tanto na escada interior como na exterior.

XII — Restauração da fresta testeira, da qual haviam desaparecido os fustes das colunas, e deslocação do sino e da pedra brasonada que a afrontavam.

XIII — Regularização do adro e assentamento de novo lajedo em volta da Igreja.

XIV — Deslocação da escada de acesso à Igreja, na parte confinante com a estrada, a-fim-de ser reconstituído o adro junto da frontaria.

XV — Construção e assentamento da cruz terminal, copiada de outra existente na Igreja.

XVI — Limpeza geral das cantarias e refechamento das juntas.

XVII — Construção e assentamento de novas portas, em substituição das que existiam e se encontraram totalmente desconjuntadas.

XVIII — Construção do altar-mor, de granito.

XIX — Construção e assentamento de vidraças coloridas, com armação de chumbo, em tôdas as frestas.



ESTAMPAS

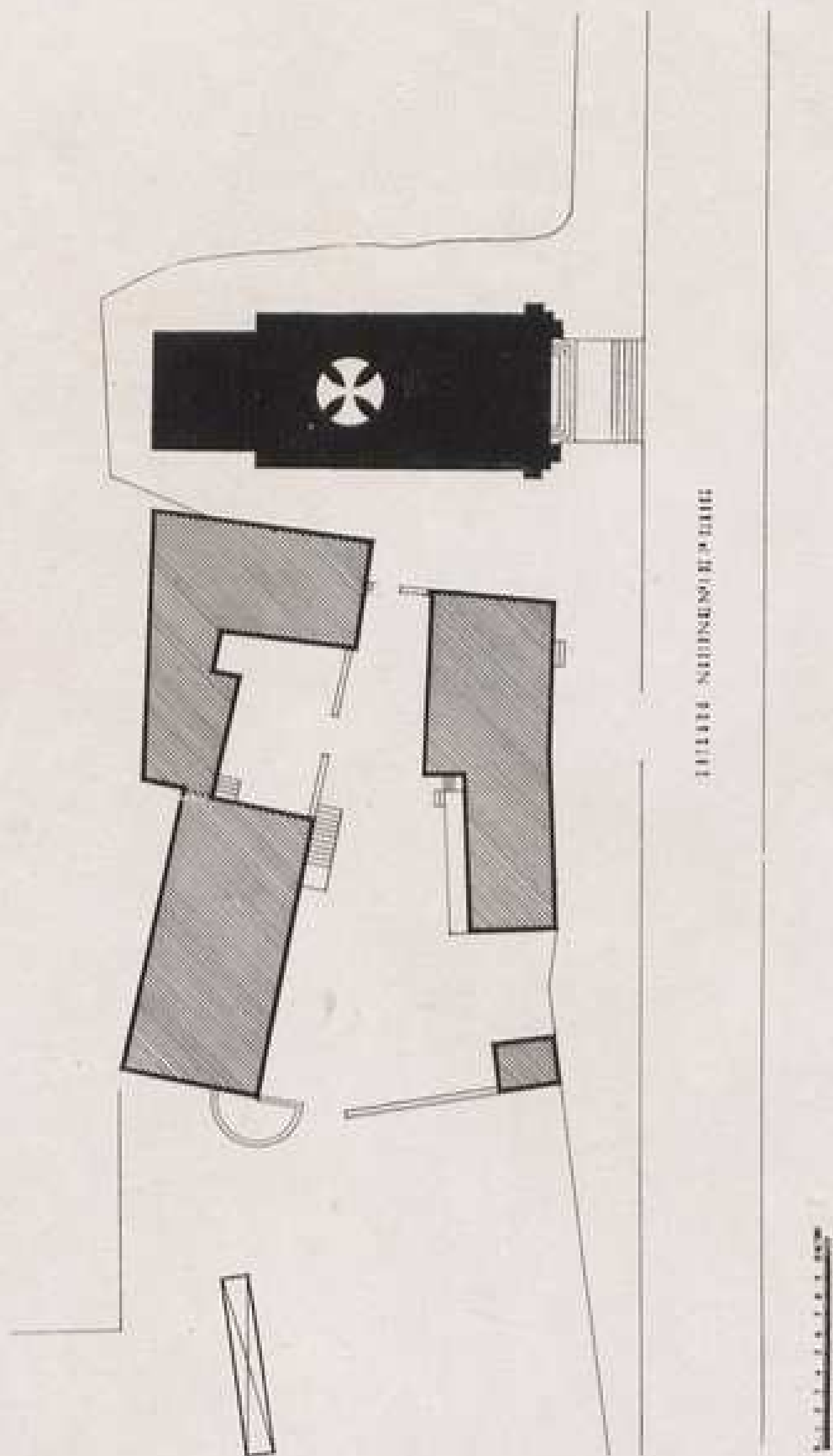
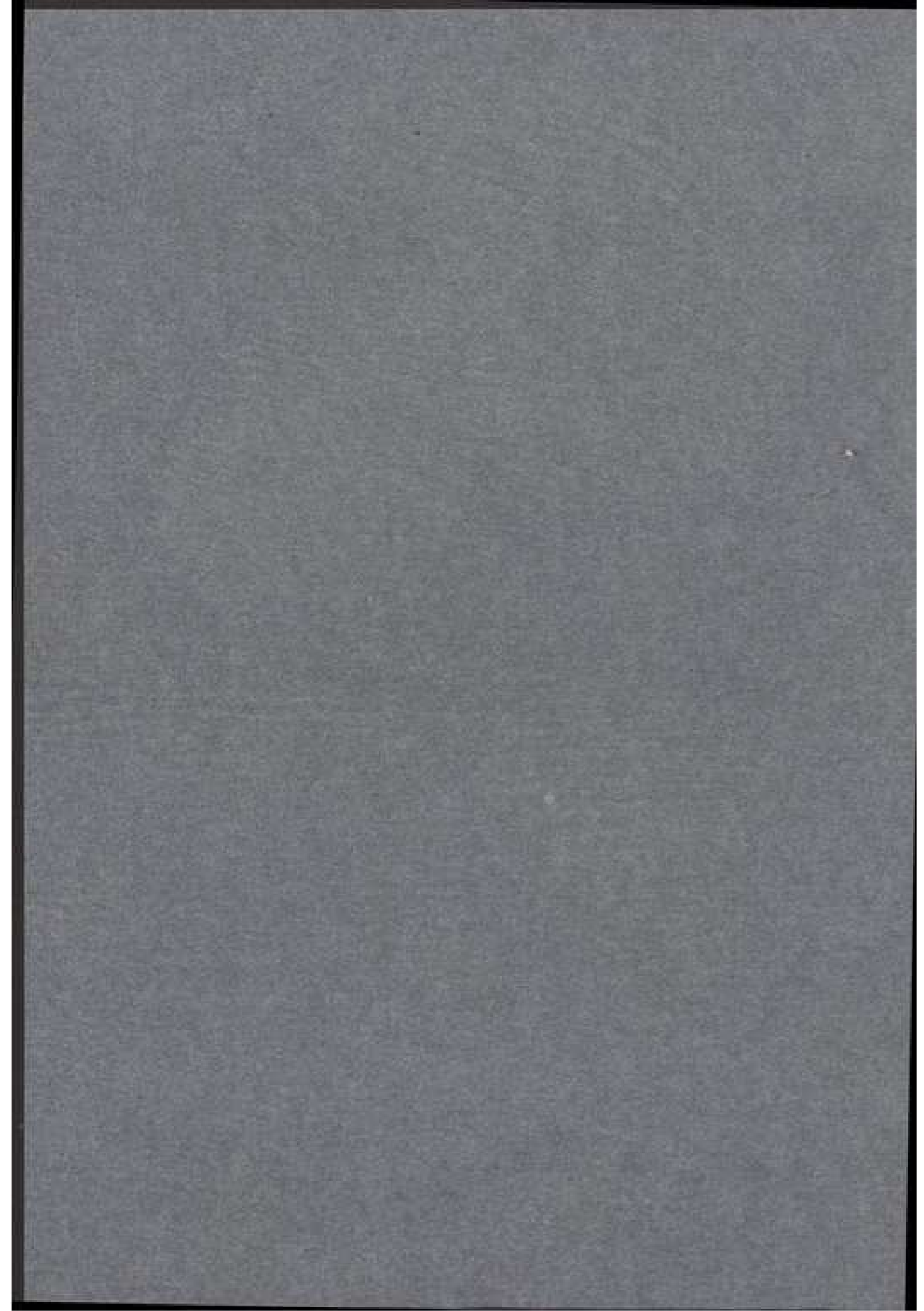


Fig. 1 — N. S. da Orada — Planta de conjunto antes do começo dos trabalhos.



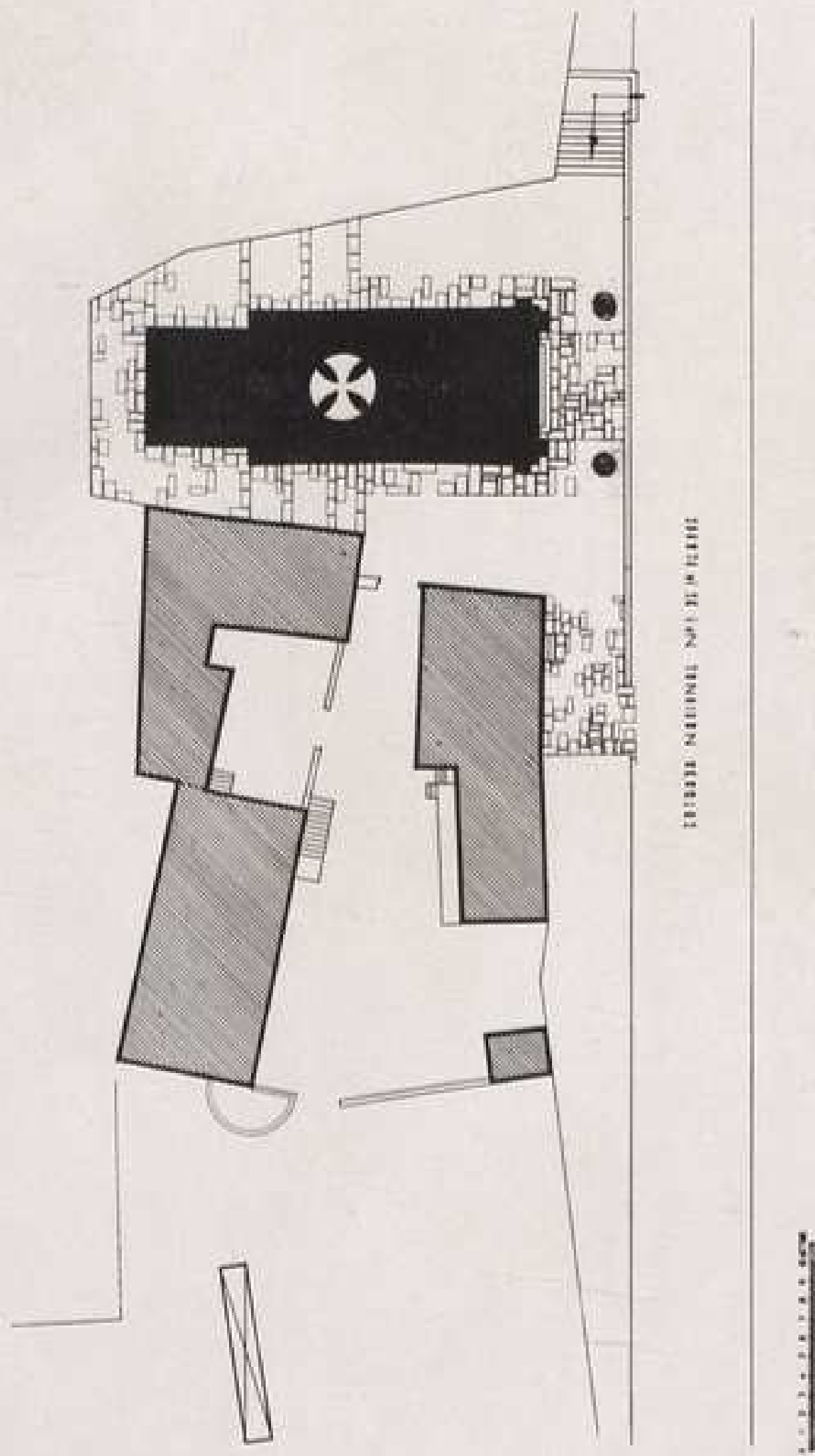


Fig. 2 — N. S. da Orada — A mesma planta depois das obras.

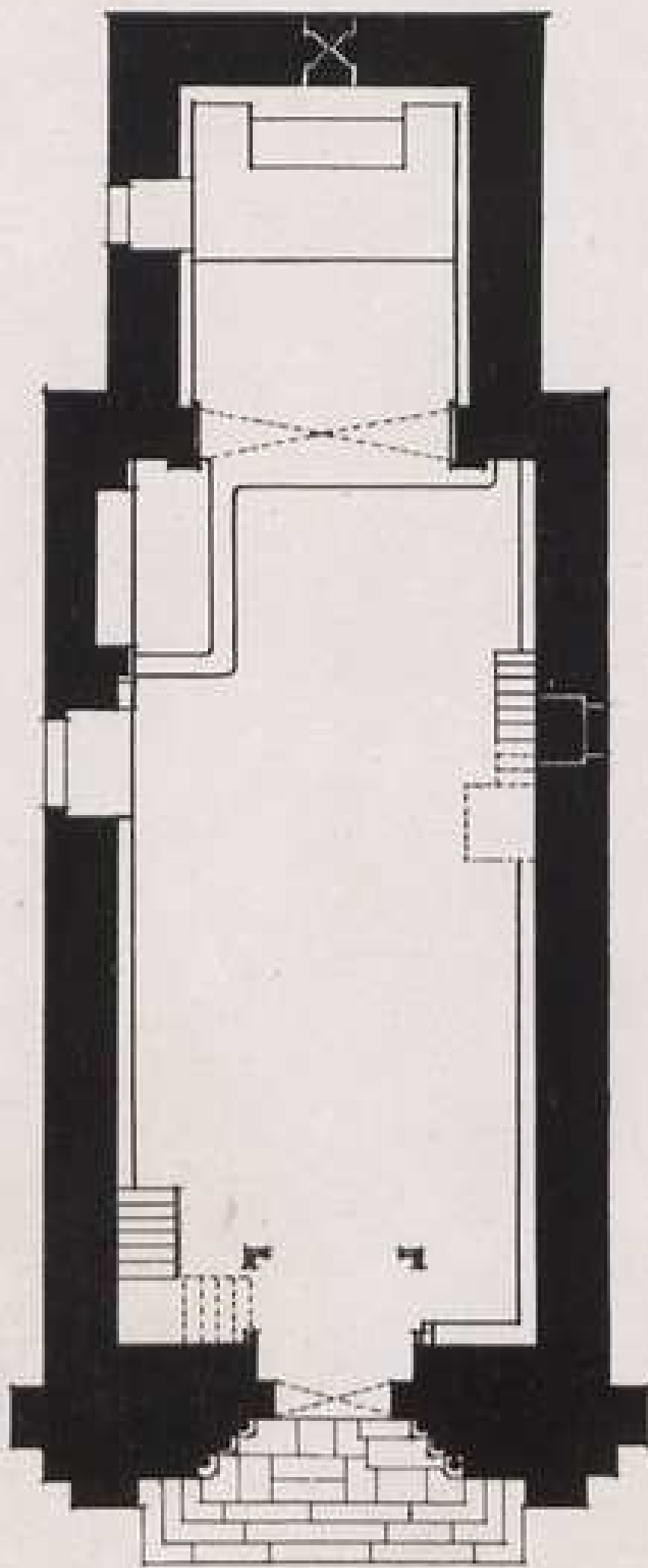
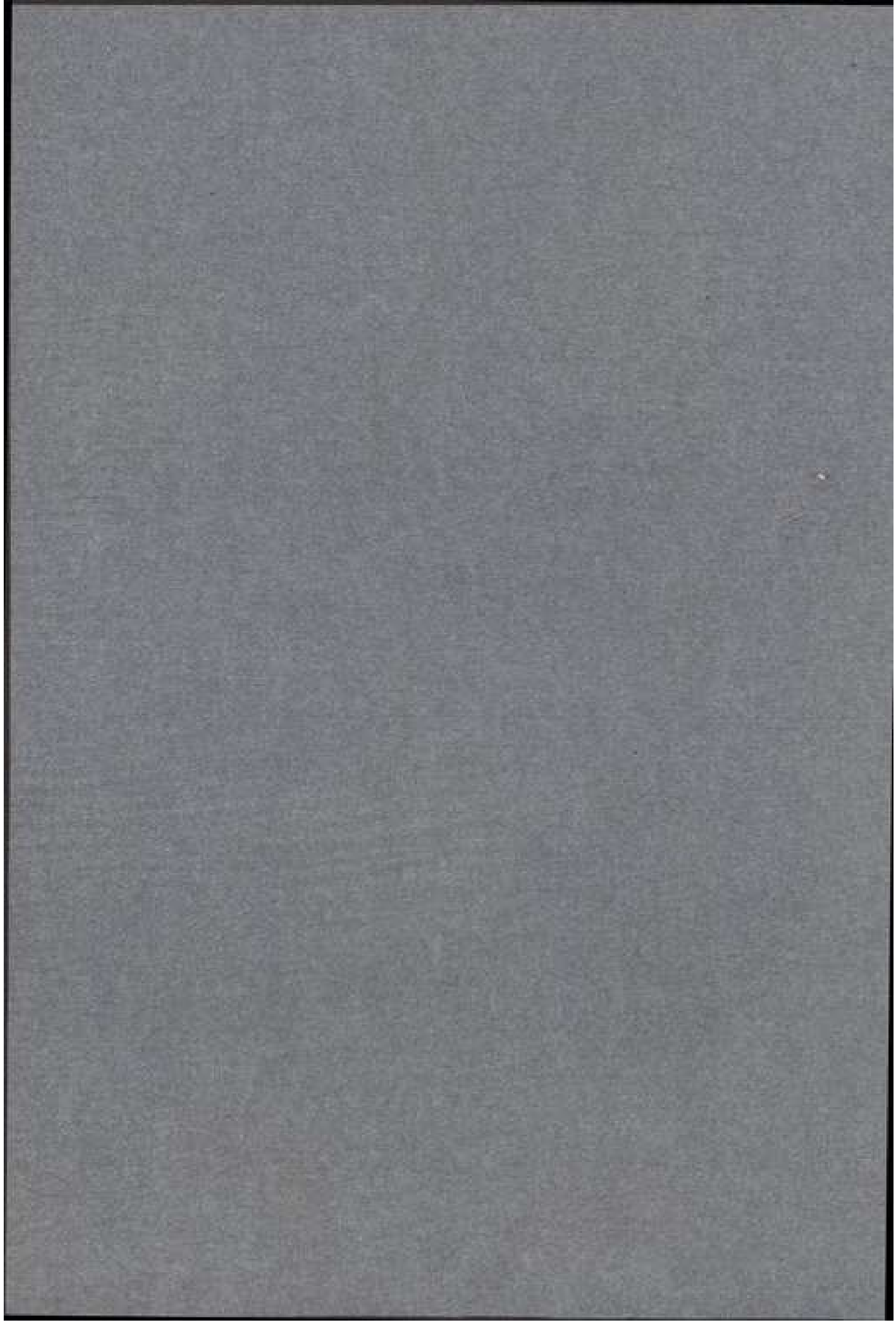
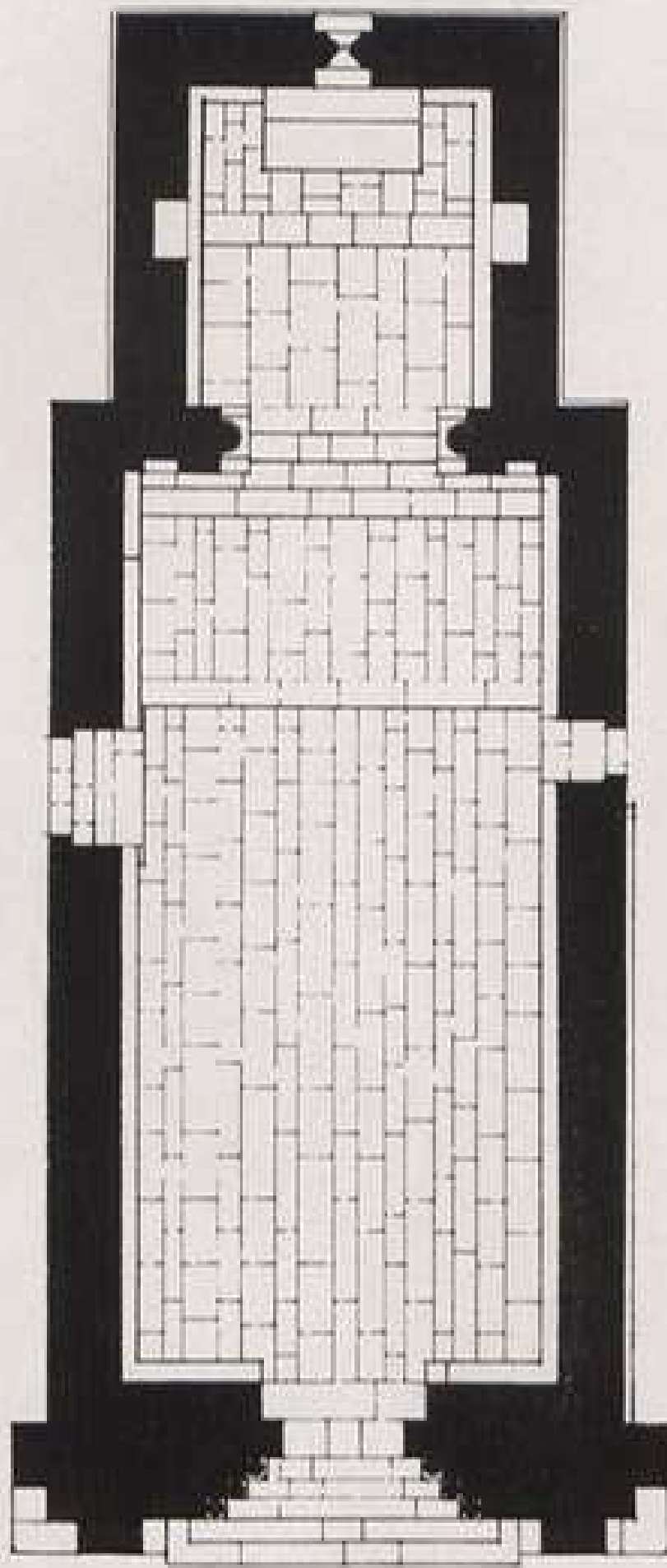


Fig. 3 - N. S. da Orada — Planta da Igreja antes do começo dos trabalhos.





0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 METROS

Fig. 4 — N. S. da Orada — A mesma planta depois das obras.

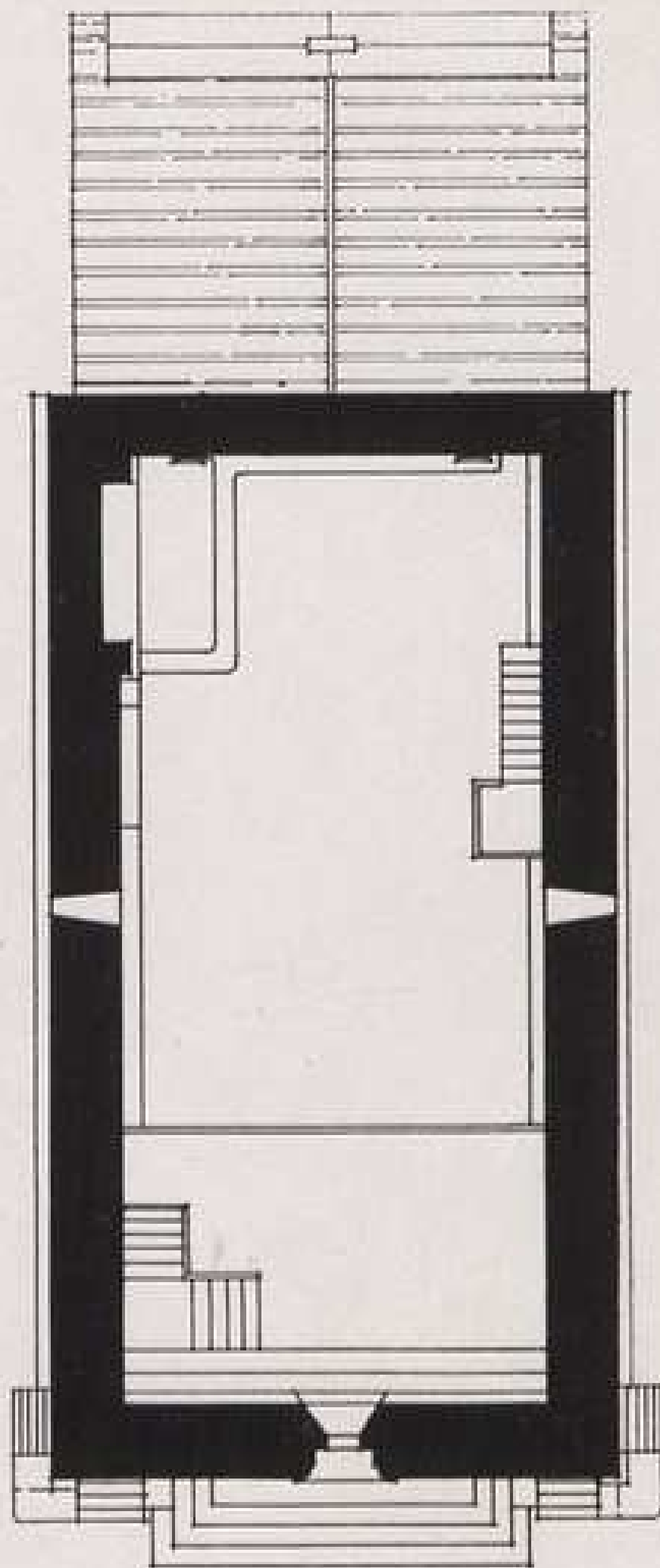
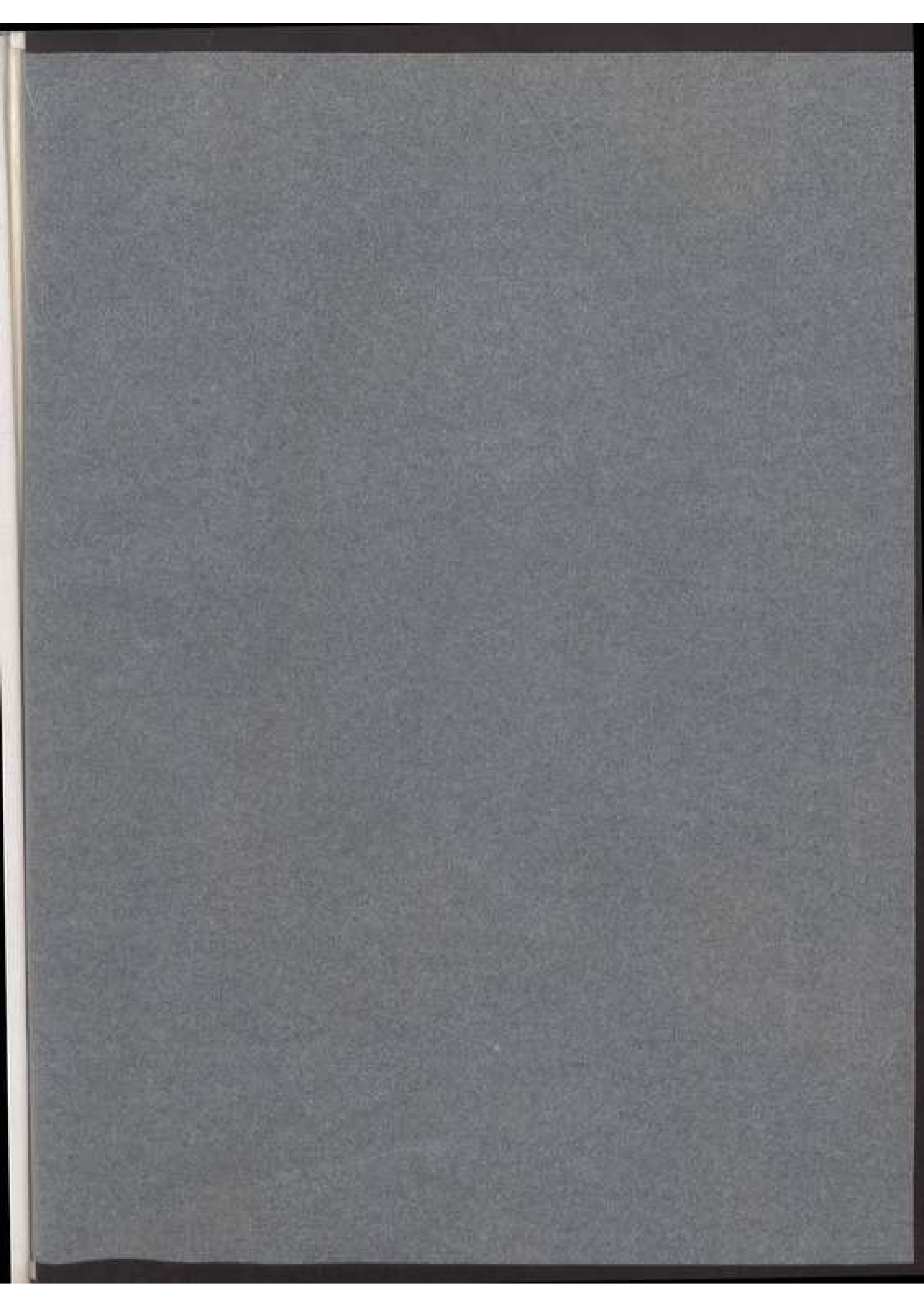
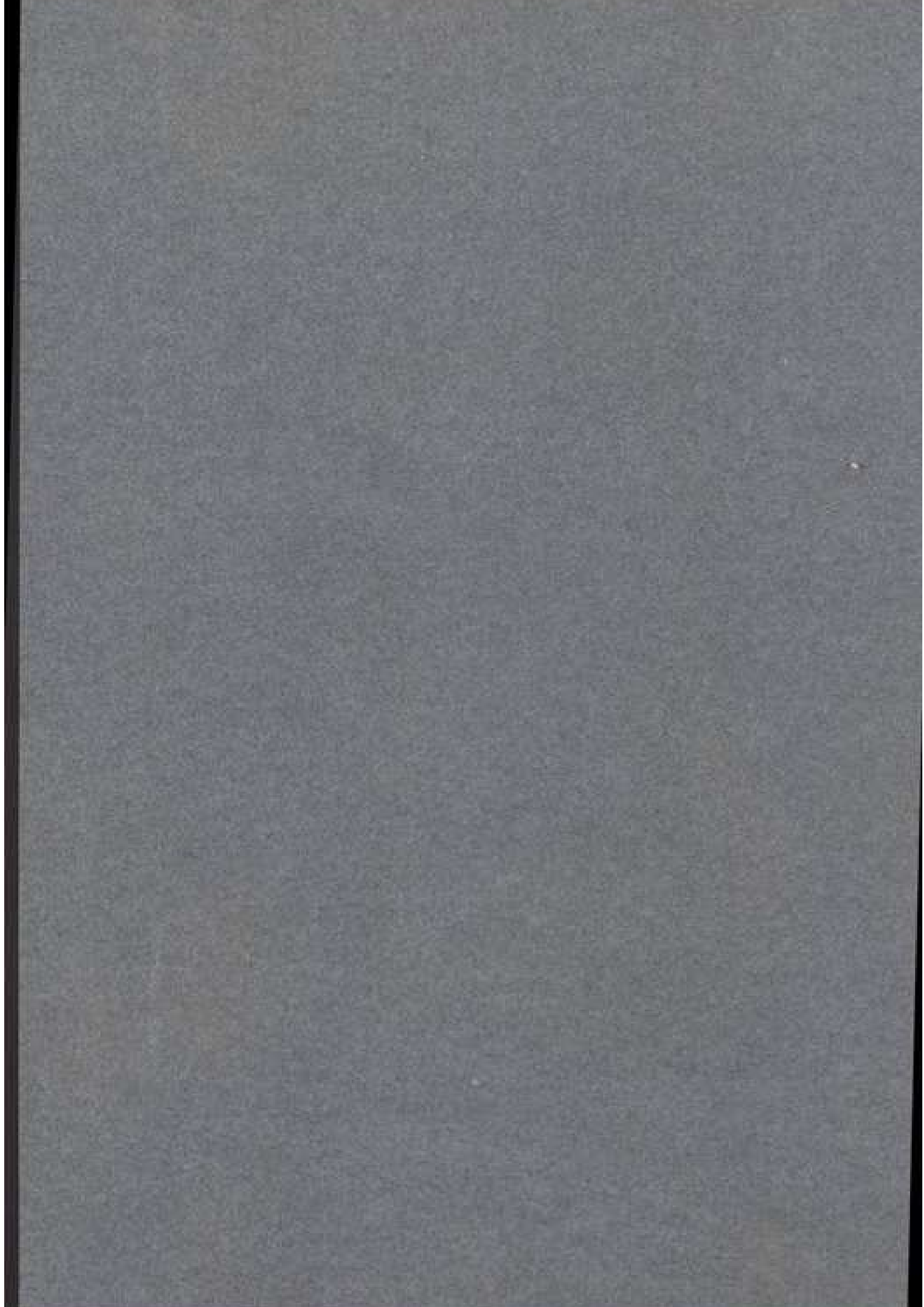
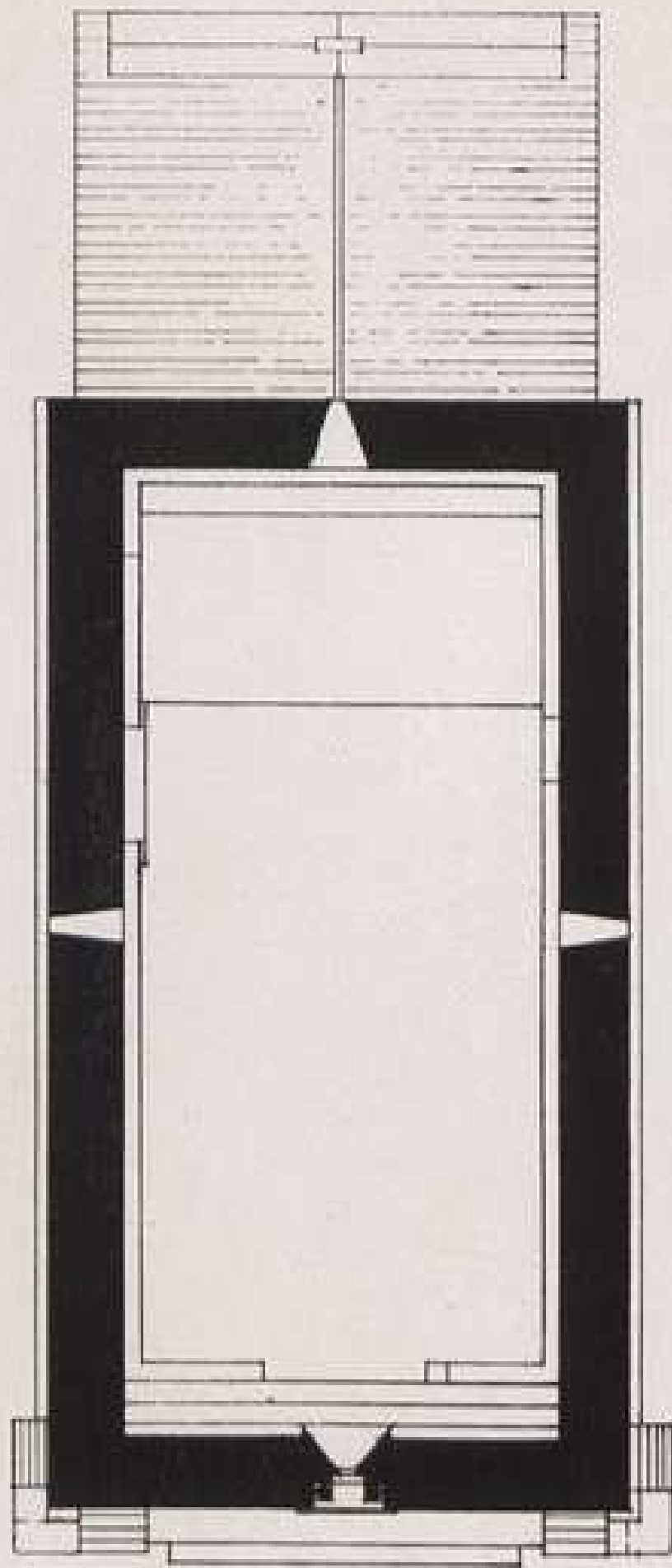


Fig. 5 — N. S. da Orada — Planta da igreja ao nível das frestas antes do começo dos trabalhos.







0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 METROS

Fig. 6 — N. S. da Orada — A mesma planta depois dos trabalhos.

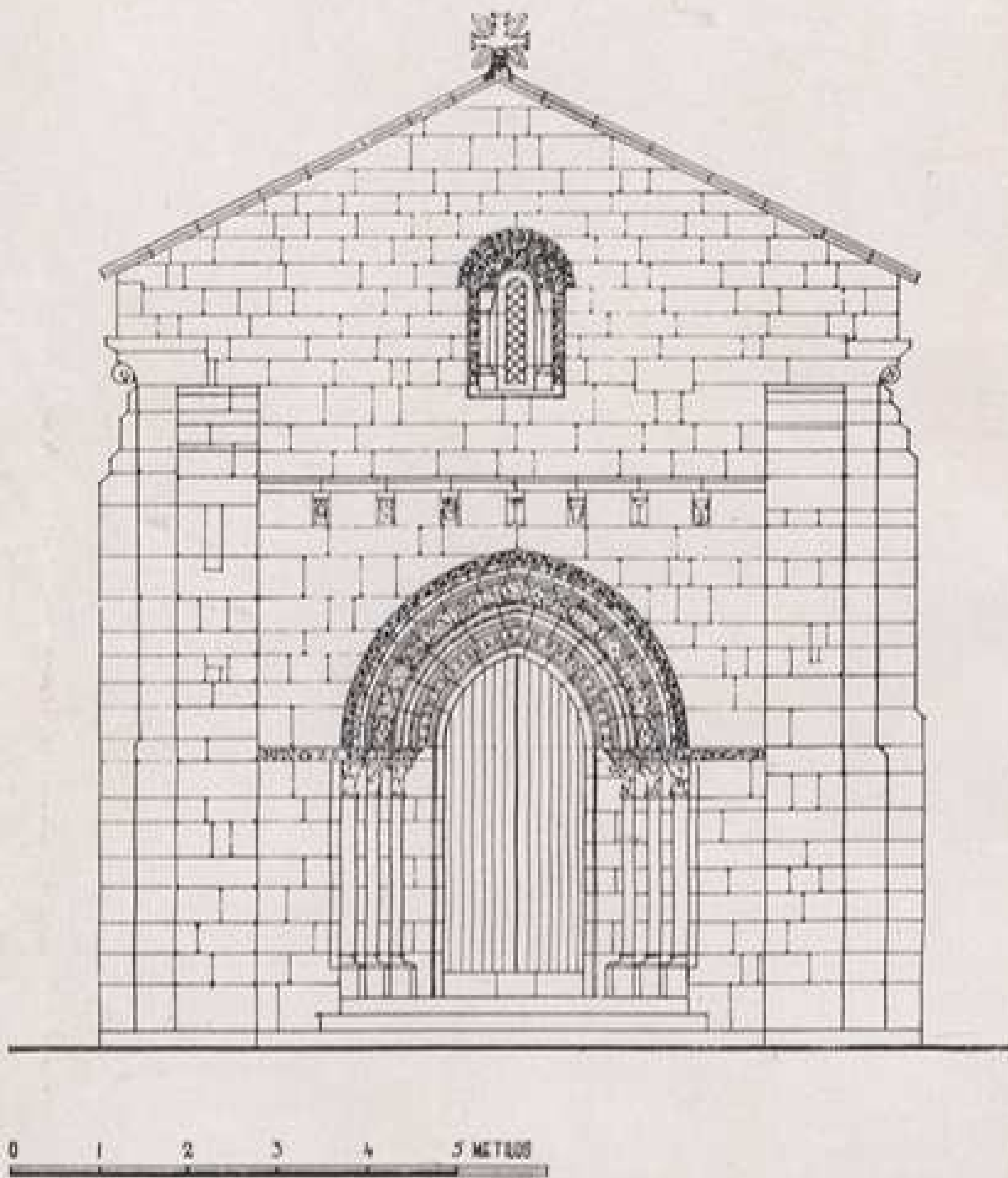


Fig. 7 — N. S. da Orada — Fachada principal da Igreja restaurada.

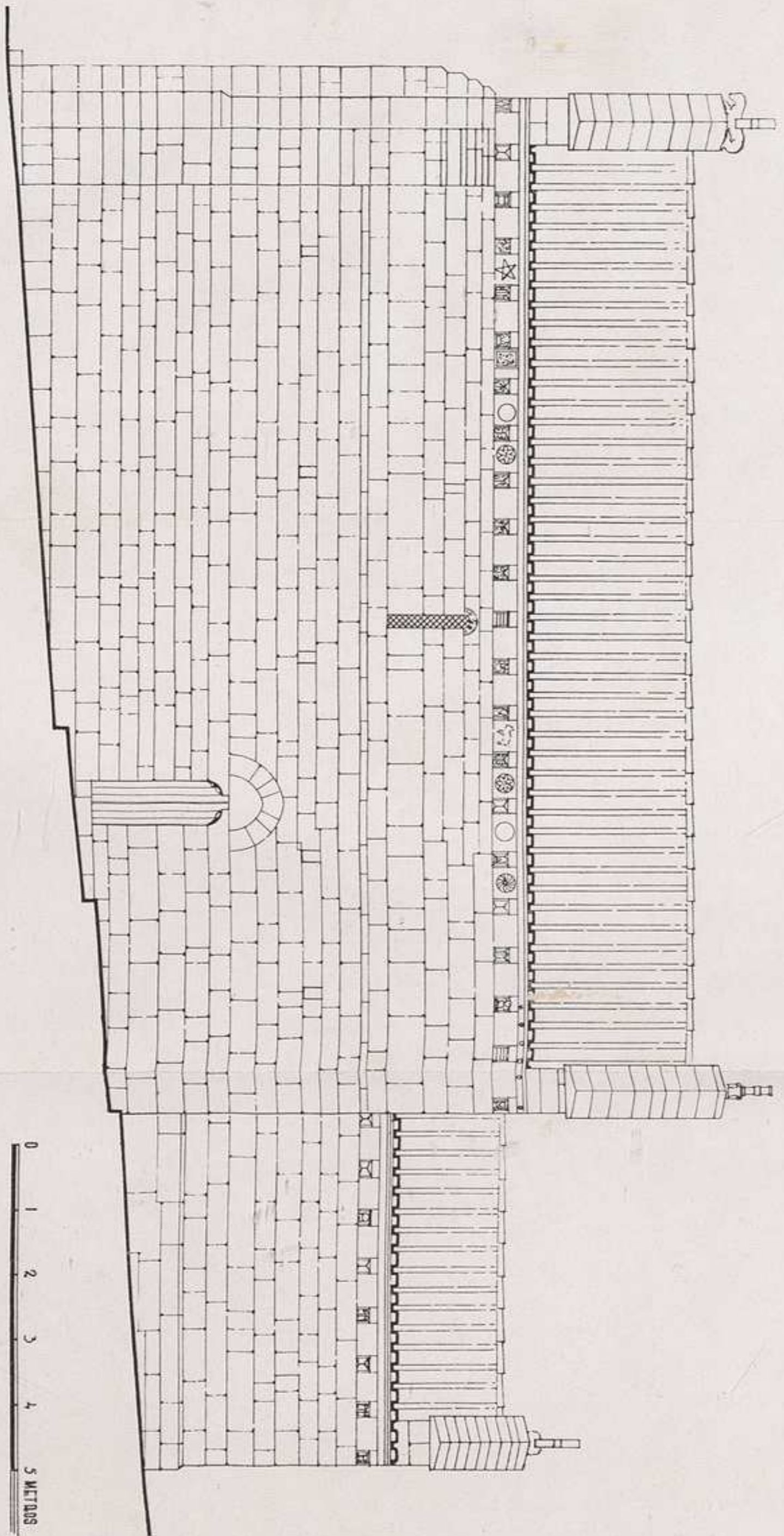
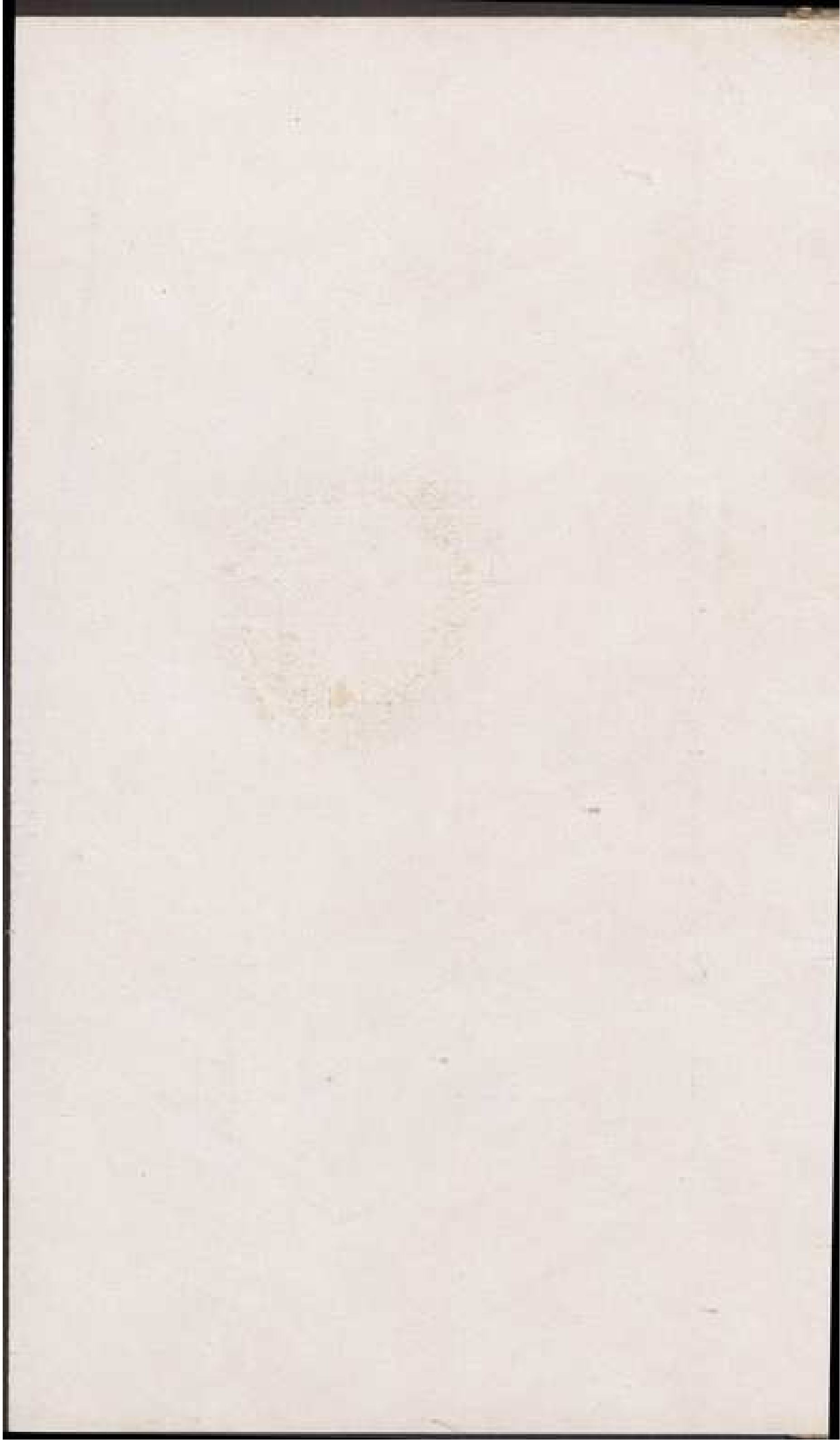


Fig. 8 — N. S. da Orada — Fachada sul da igreja restaurada.

0 1 2 3 4 5 METROS



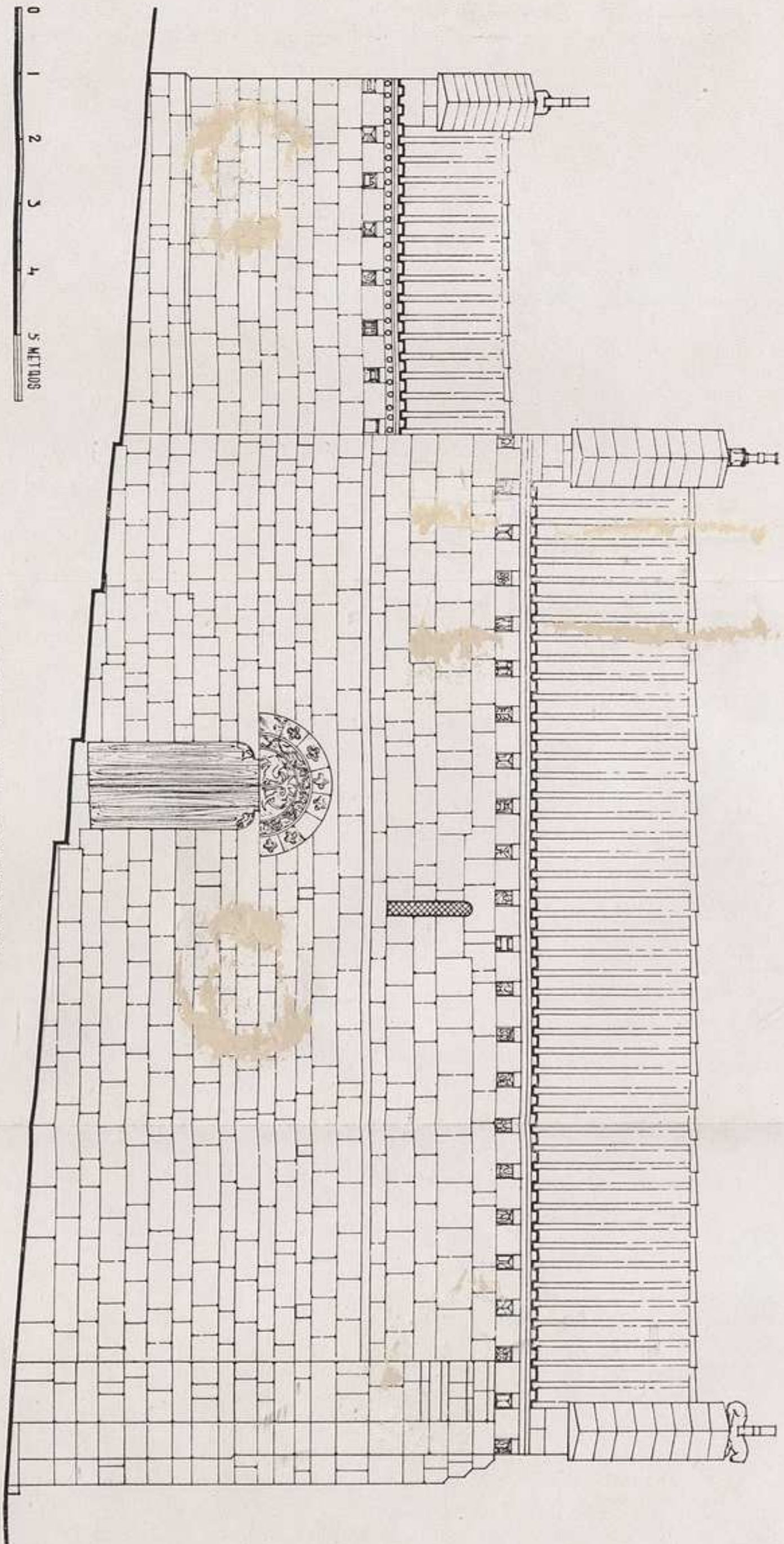
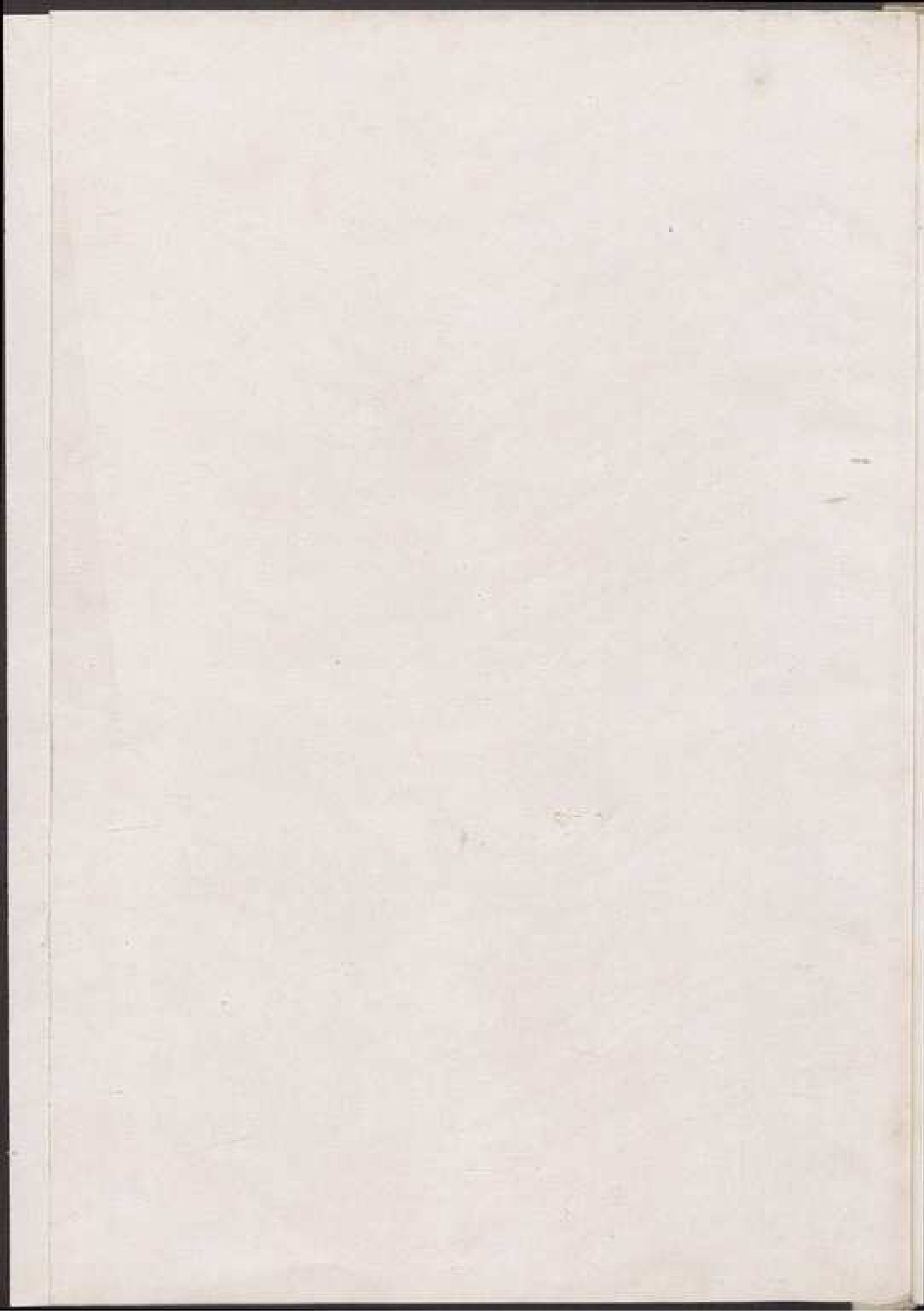


Fig. 9—N. S. da Orada — Fachada norte da igreja restaurada.





0 1 2 3 4 5 METROS

Fig. 10 — N. S. da Orada — Fachada posterior da Igreja restaurada.

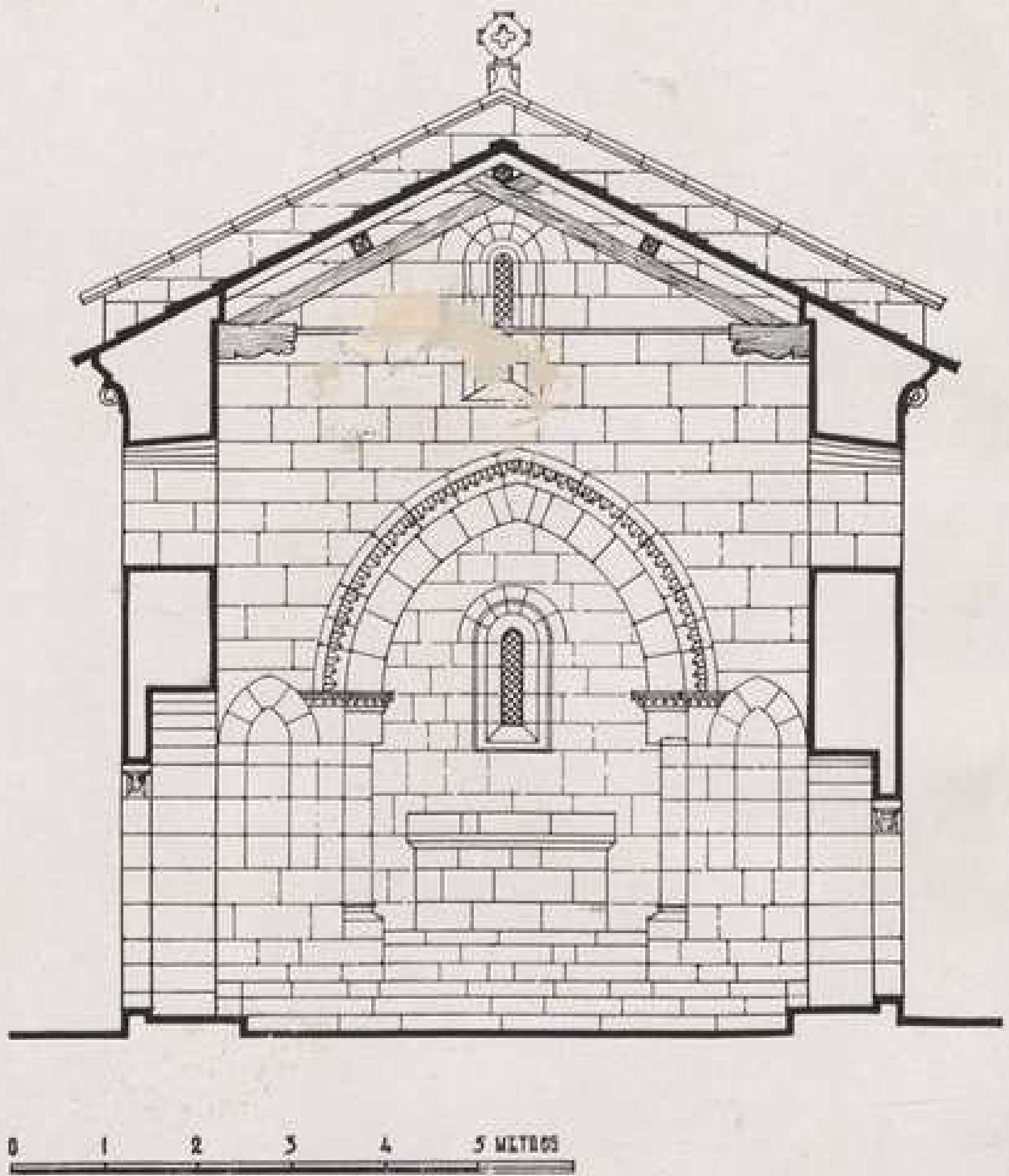


Fig. 11 — N. S. da Orada — Corte transversal da Igreja restaurada.

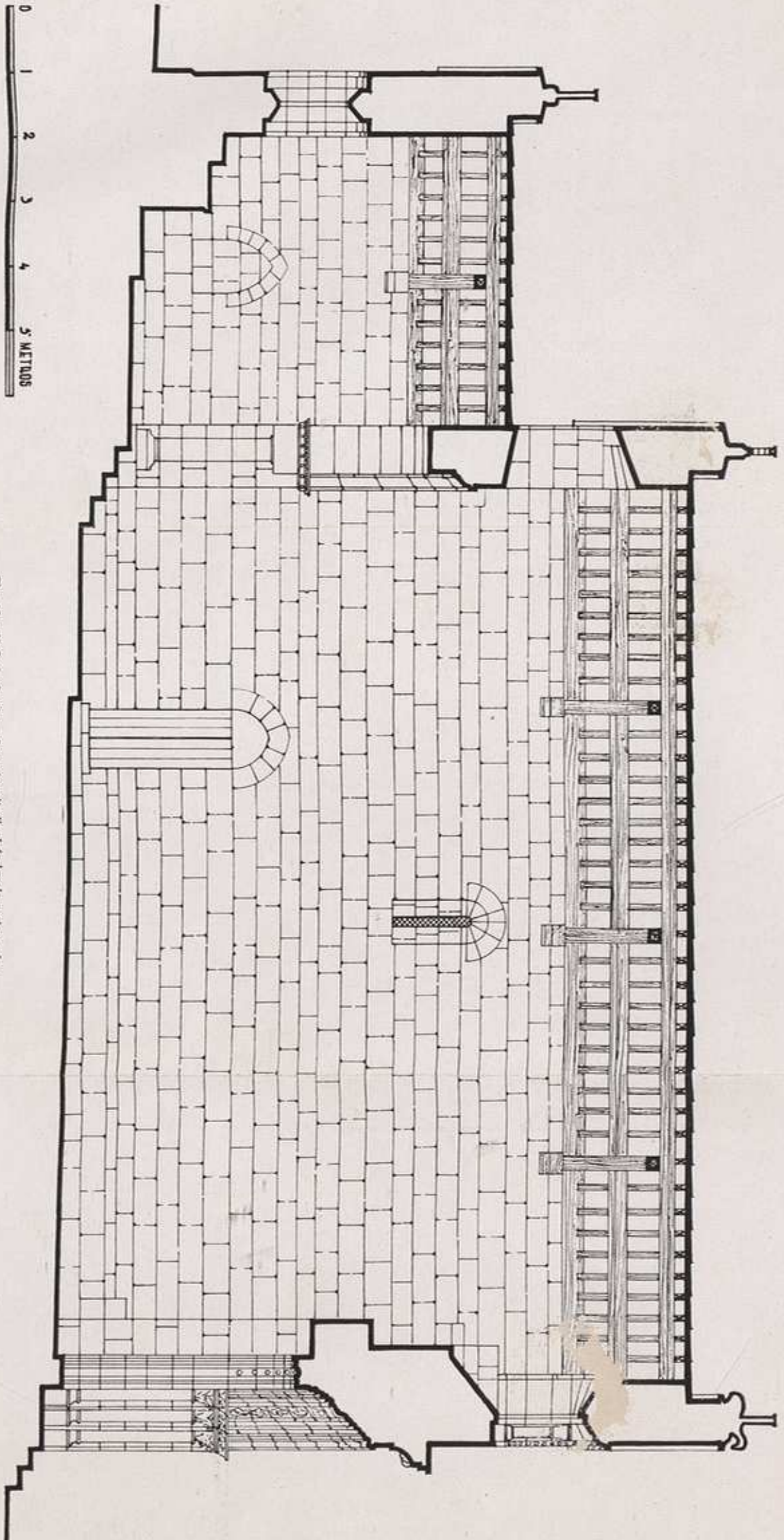
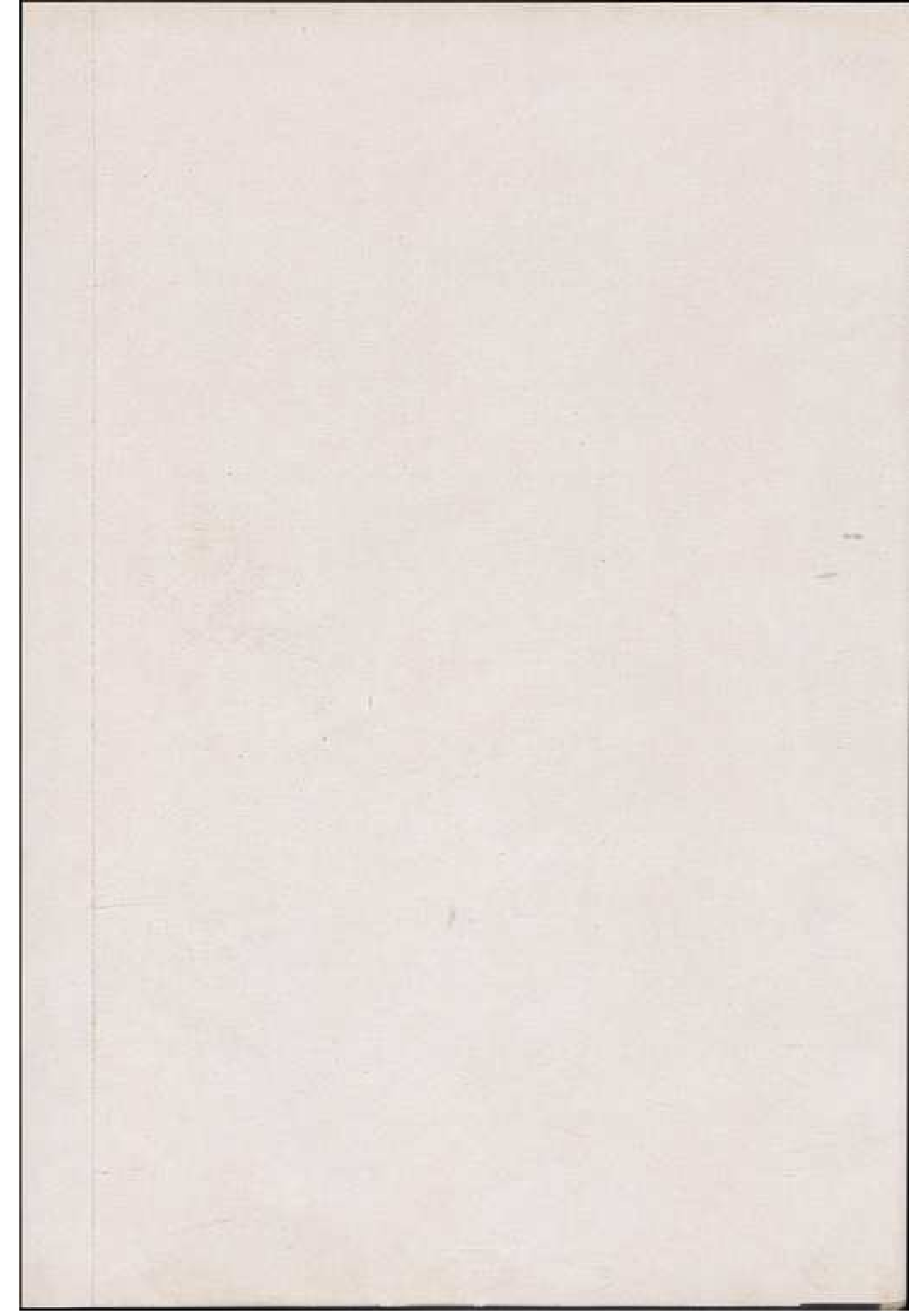


Fig. 12 — N. S. da Orada — Corte longitudinal da Igreja restaurada.





D. G. E. M. N.

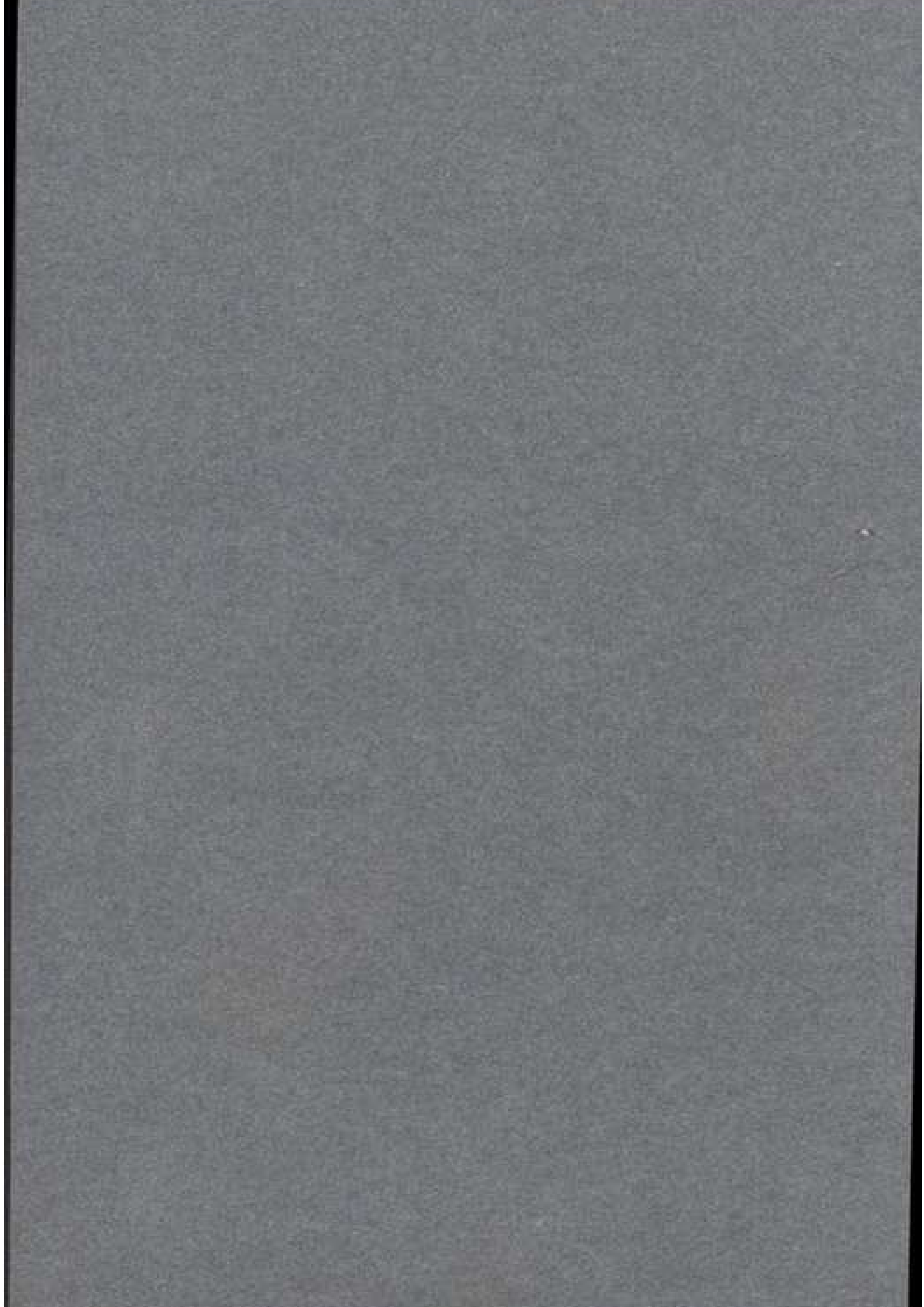
Fig. 11 — N. S. da Orada — Cruz terminal da fachada posterior.

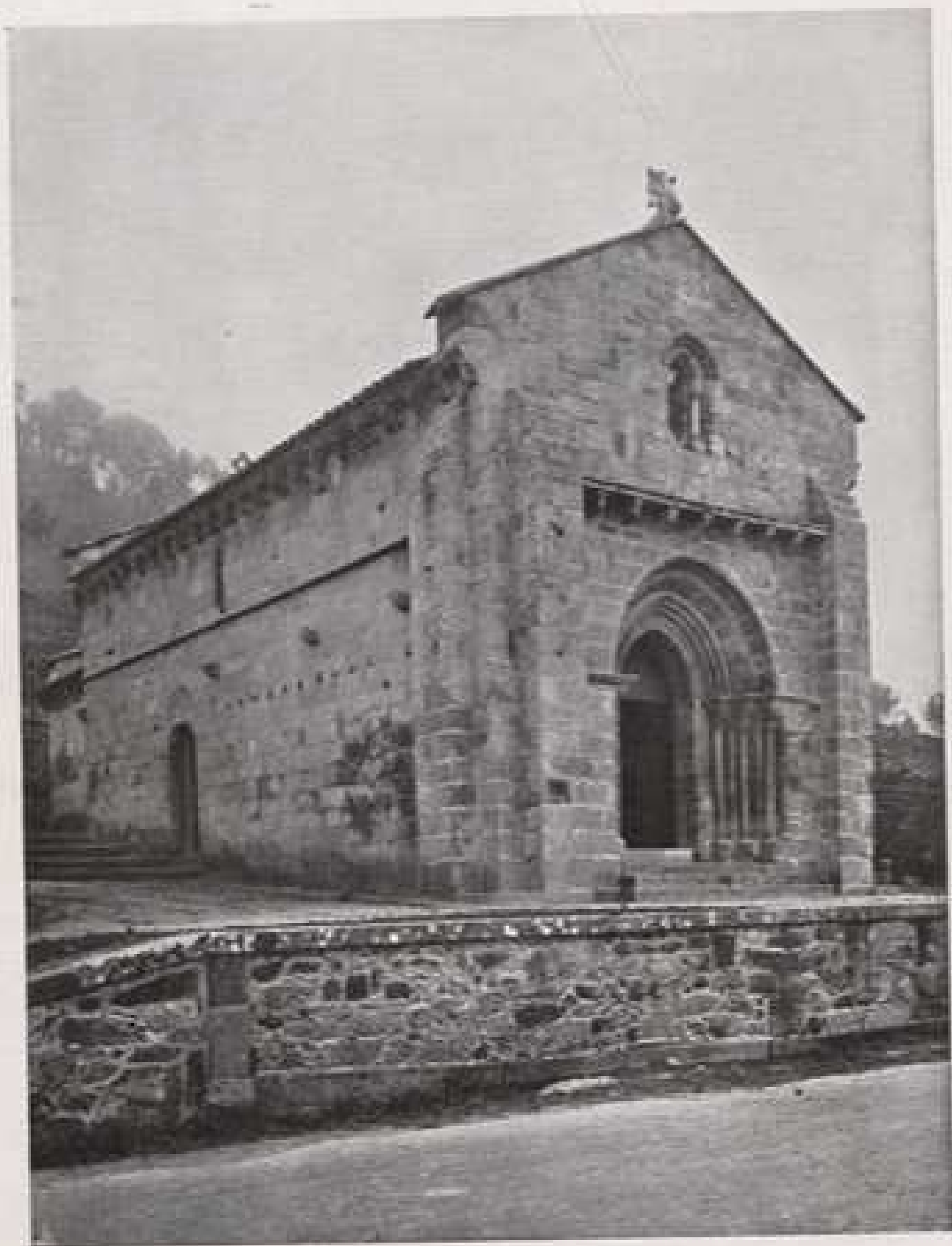


M. A.

Fig. 14 — N. S. da Orada — Aspecto geral da igreja antes do comêço dos trabalhos.

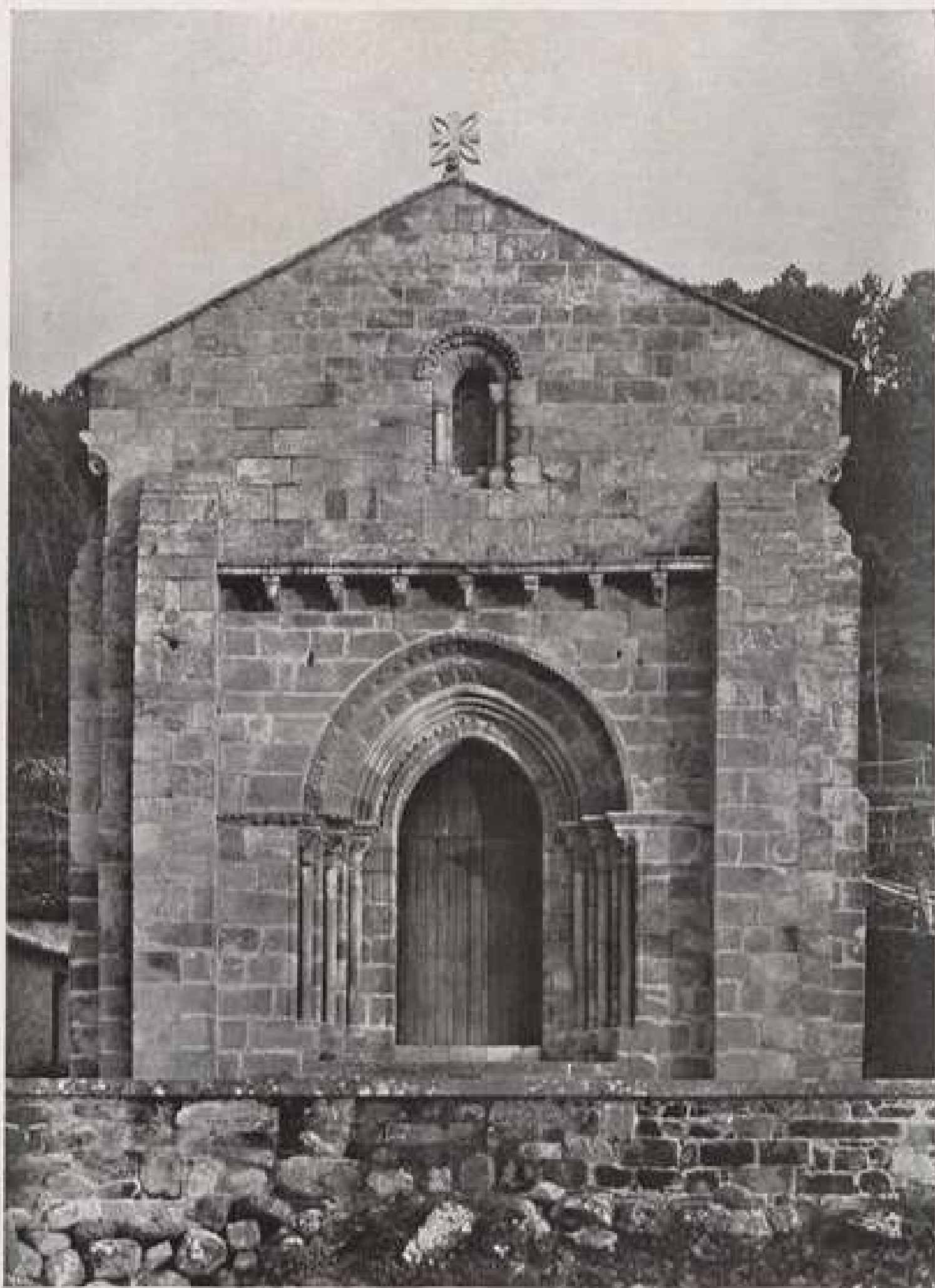






D. G. P. M. N.

Fig. 15 — N. S. da Orada — O mesmo aspecto
depois dos trabalhos concluídos.



D. G. E. M. N.

**Fig. 16 — N. S. da Orada — A fachada principal
após a sua beneficiação.**







D. G. E. M. N.

Fig. 17 — N. S. da Orada — A porta da fachada principal
vista em pormenor.



D. G. E. M. N.

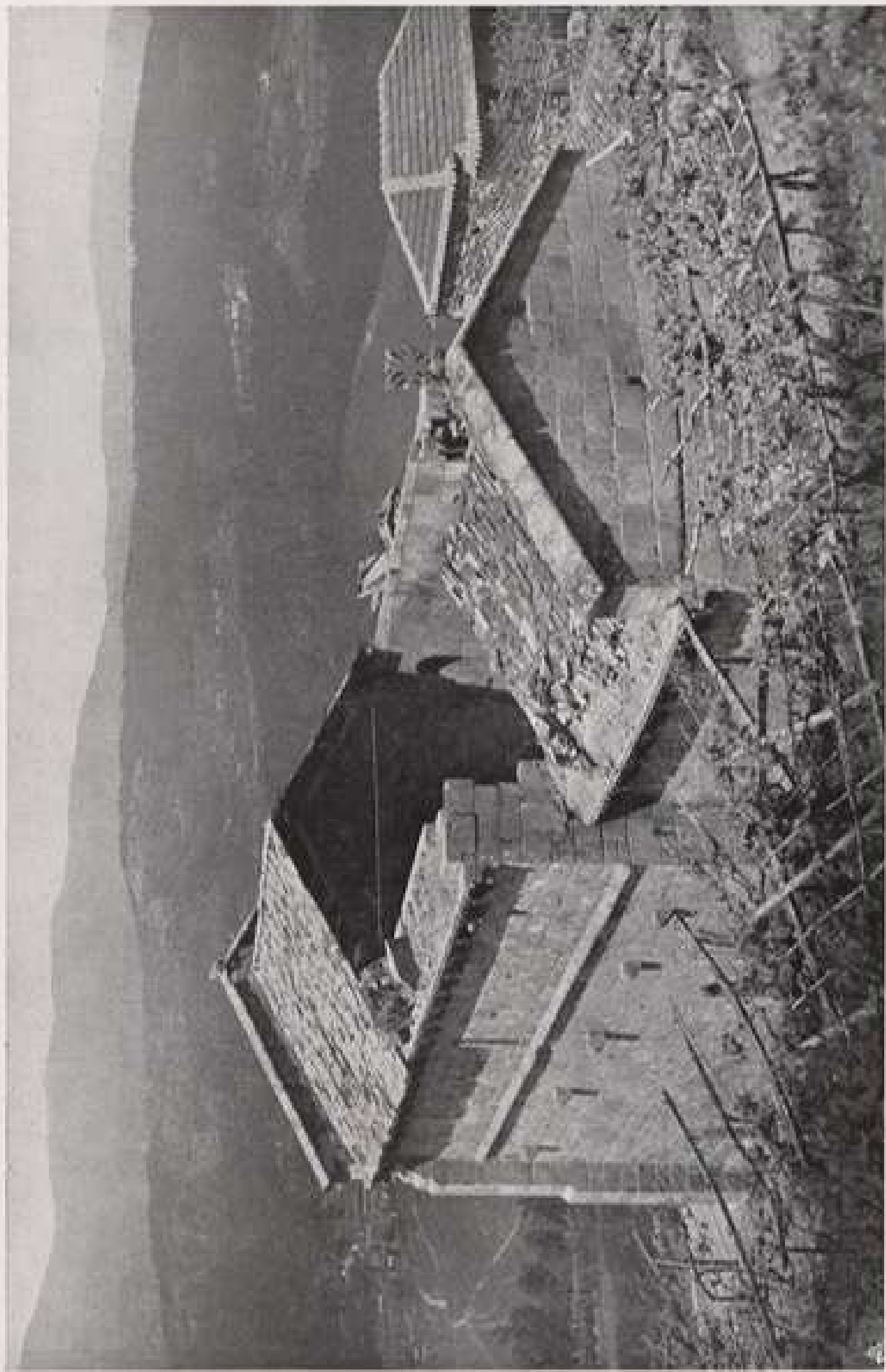
Fig. 18 — [N. S. da Orada — Porta meridional da Igreja após os trabalhos de limpeza.





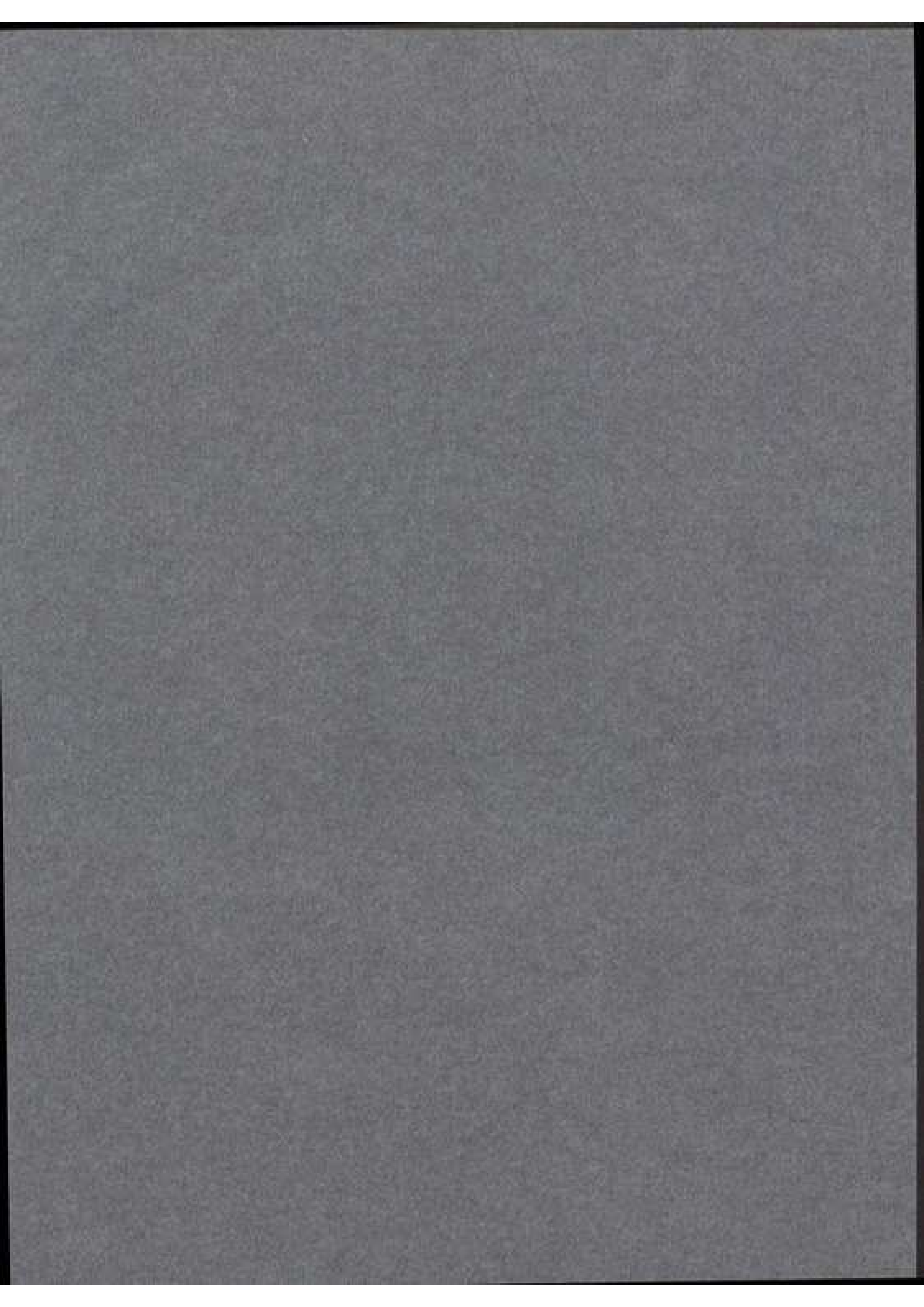
D. G. E. M. N.

**Fig. 19 — N. S. da Orada — Porta setentrional da igreja,
depois dos mesmos trabalhos de limpeza.**

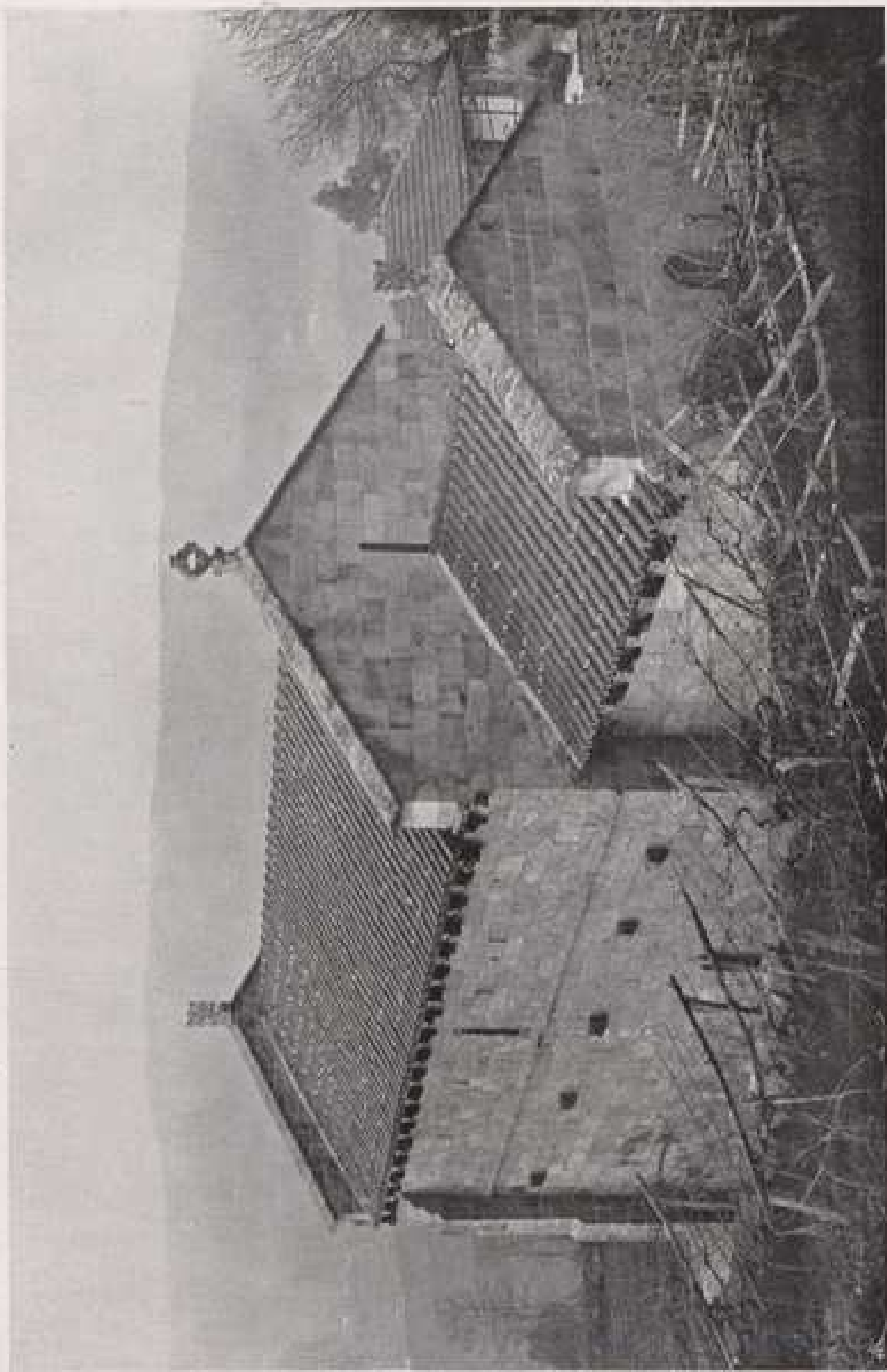


D. G. E. M. N.

Fig. 20 — N. S. da Orada — Conjunto posterior da igreja no começo dos trabalhos.







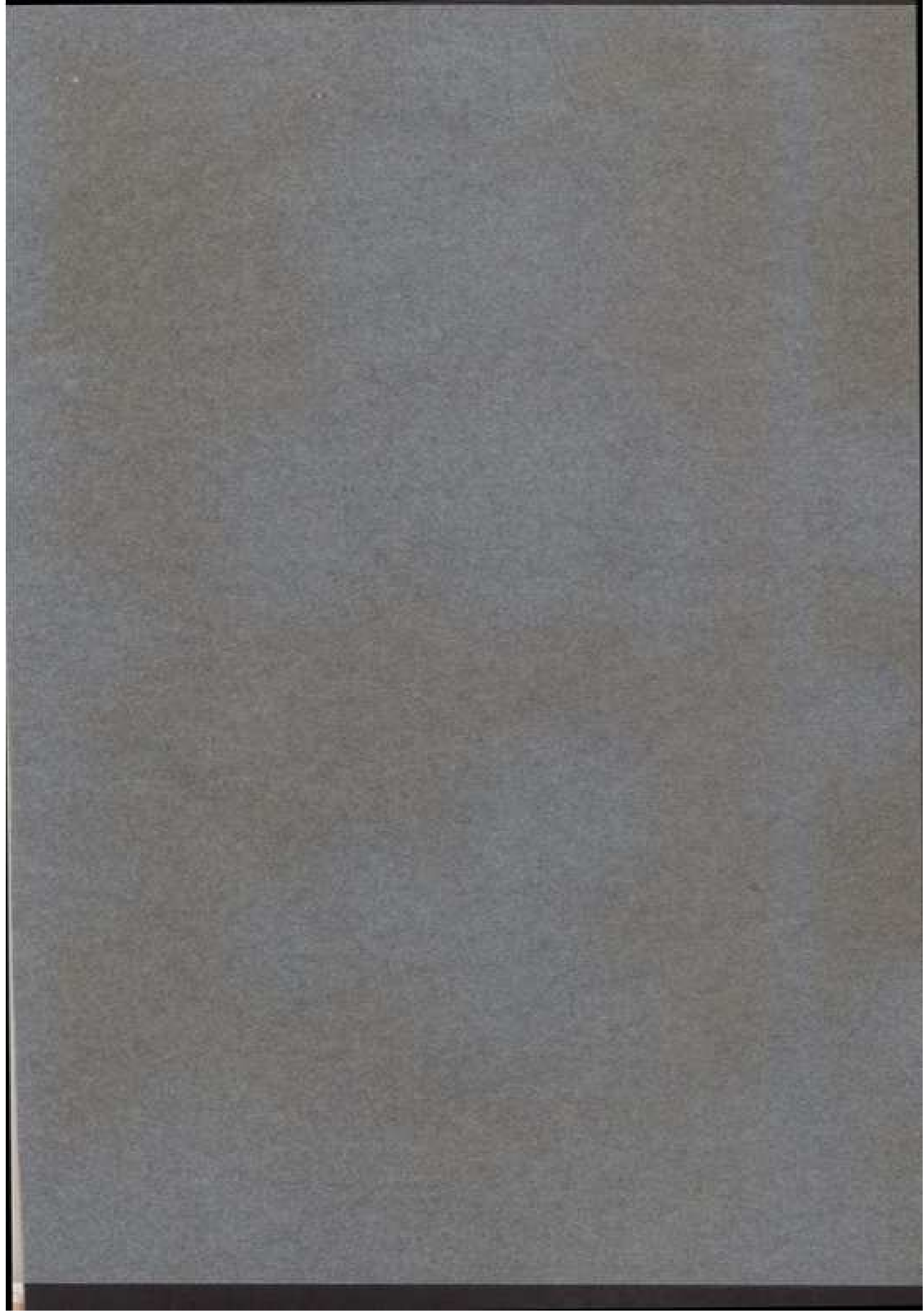
D. G. E. M. N.

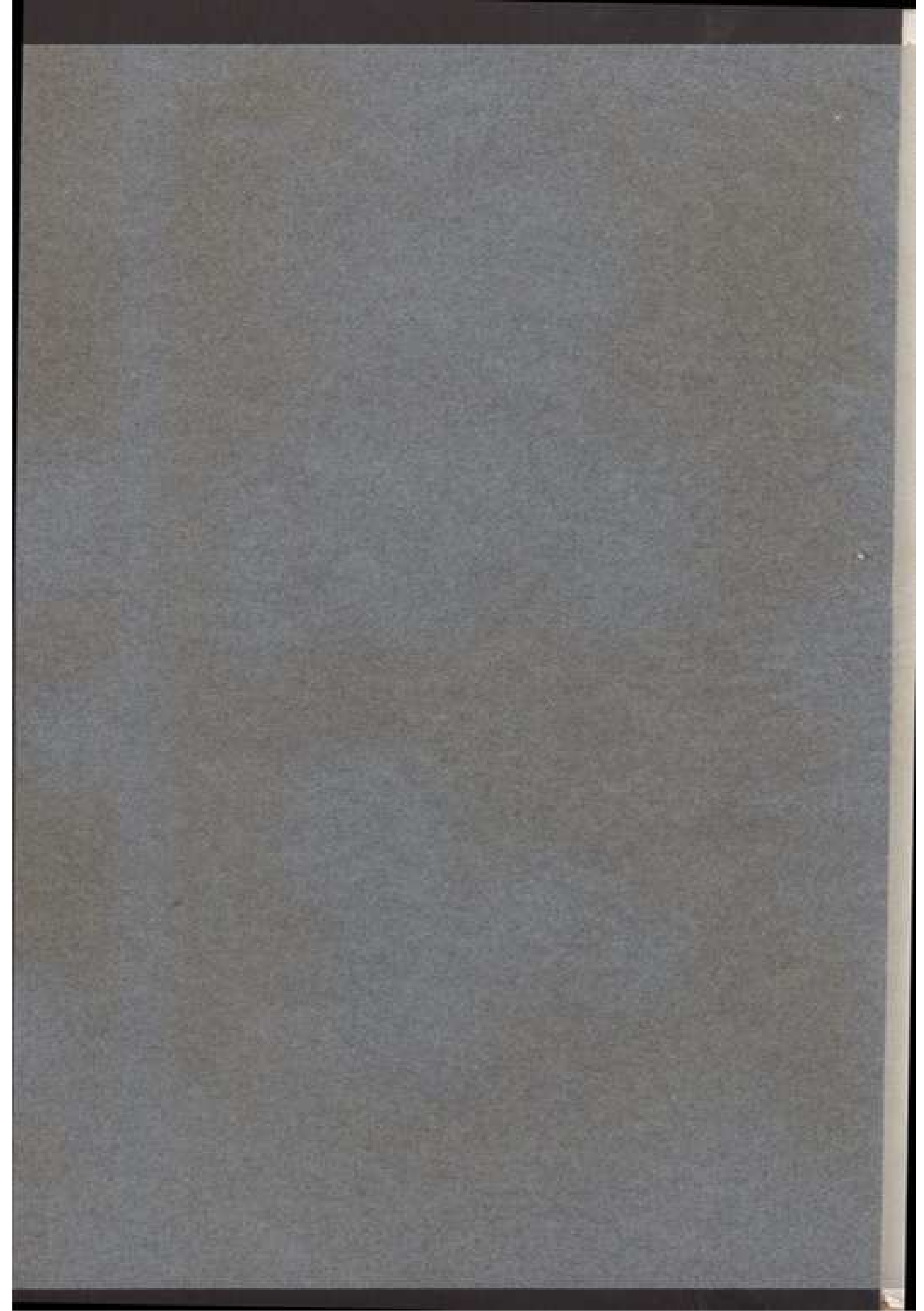
Fig. 21 — N. S. da Orada — O mesmo conjunto depois de terminadas as obras.



D. G. E. M. N.

Fig. 22 — N. S. da Orada — A fachada norte da capela-mor
no começo dos trabalhos.

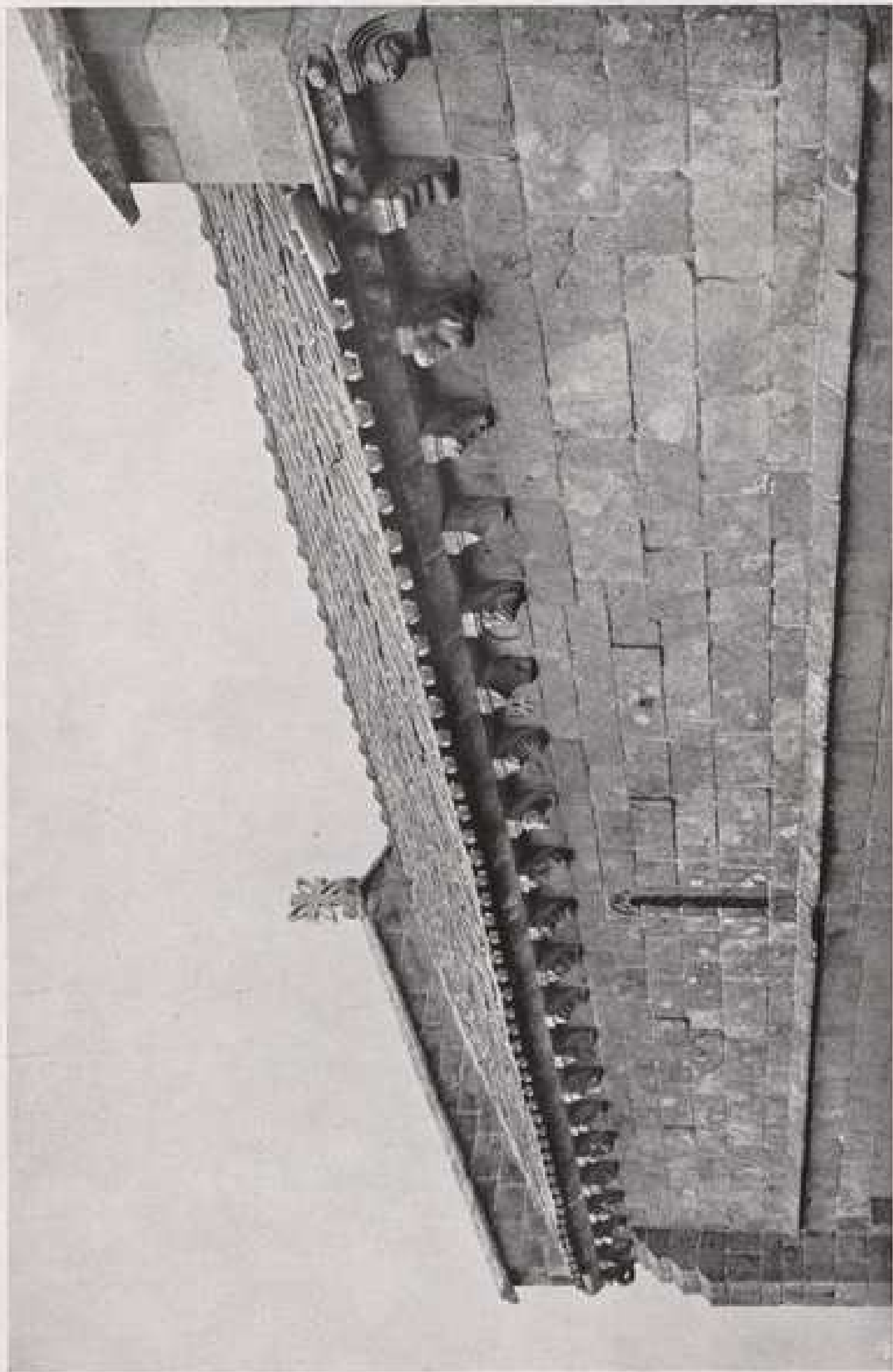






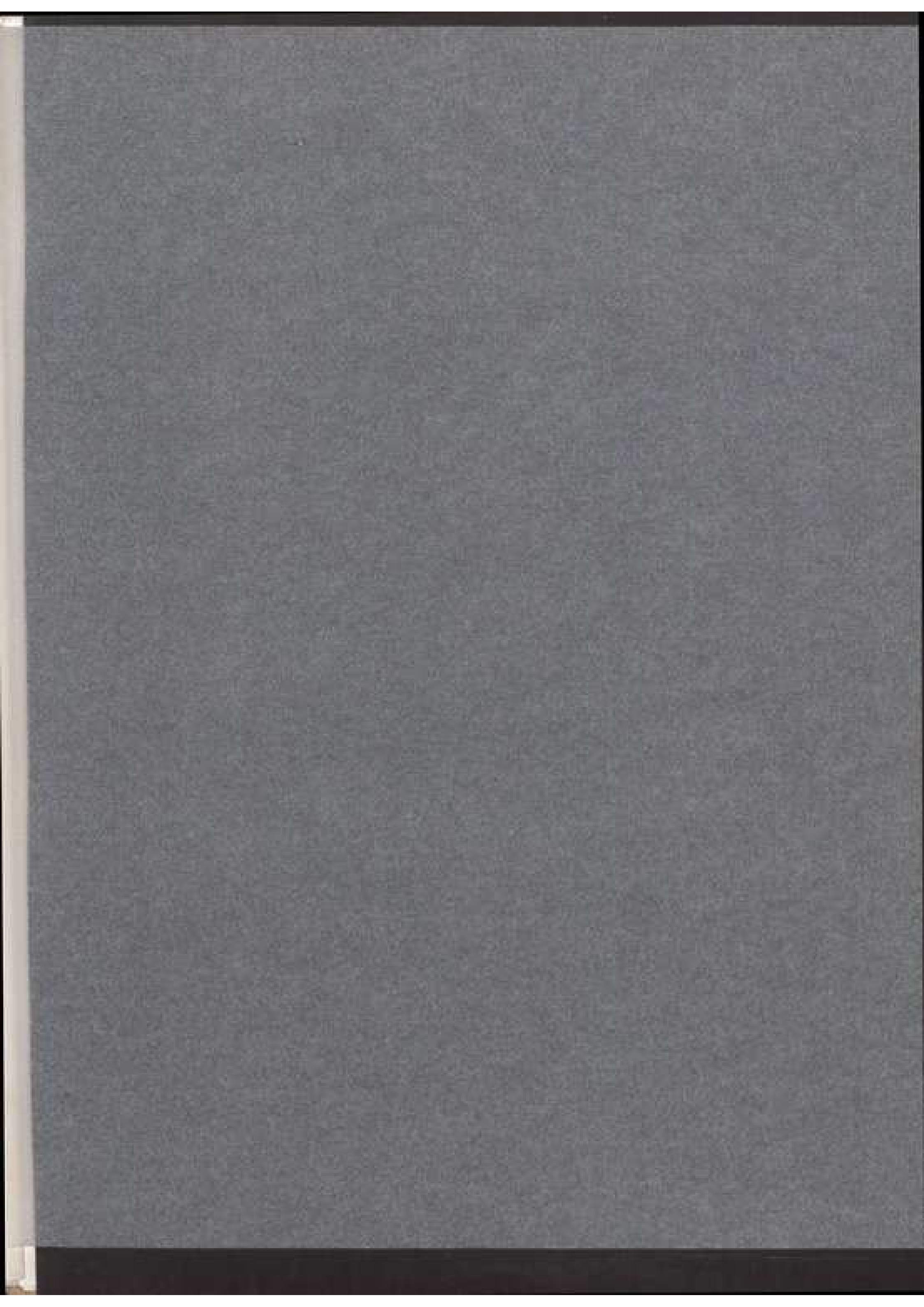
D. G. B. M. N.

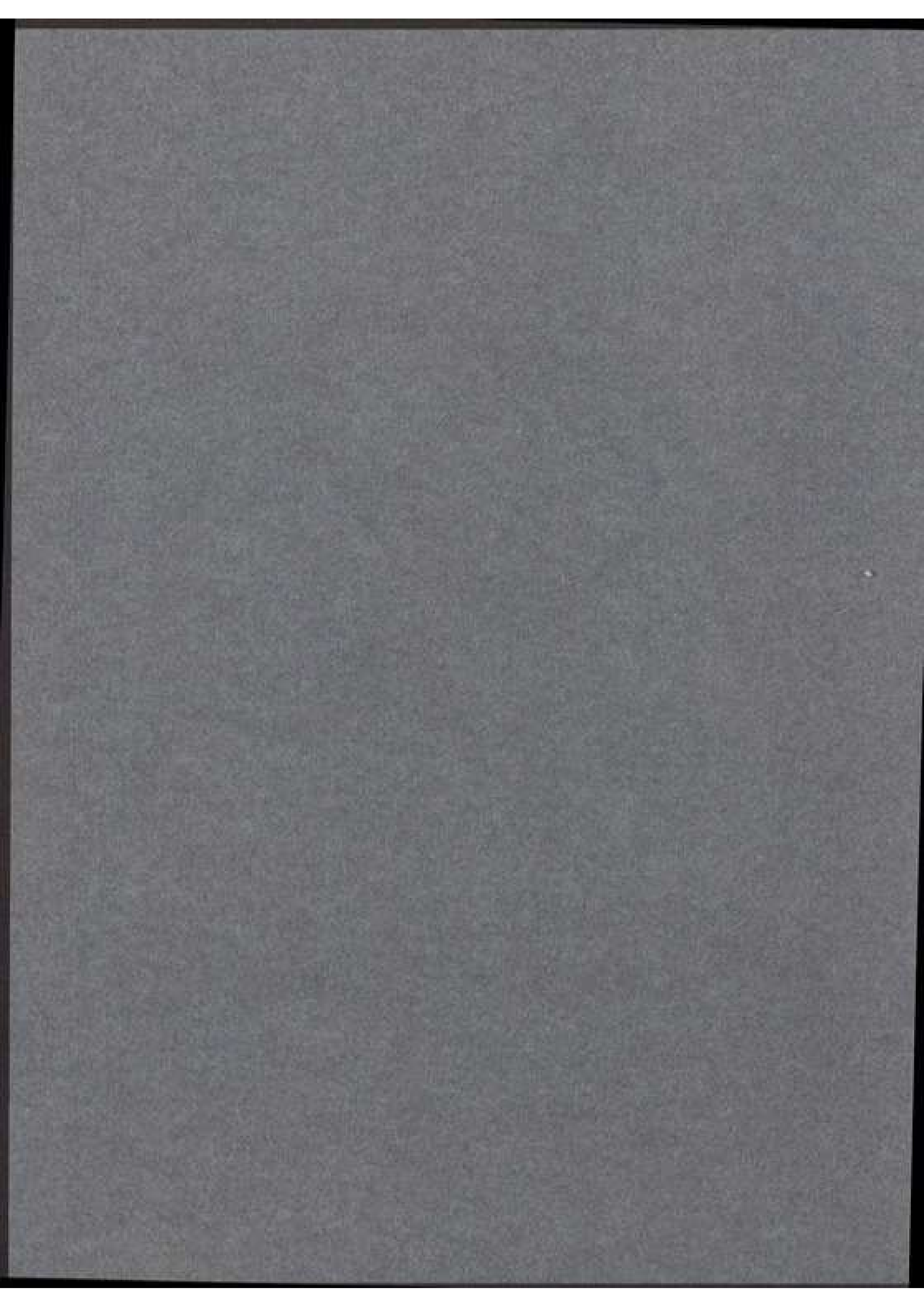
Fig. 23 — N. S. da Orada — A mesma fachada após a conclusão das obras.



D. G. E. M. N.

Fig. 24 — N. S. da Orada — Conjunto da cornija e cachorrada da fachada sul
depois dos trabalhos concluidos.







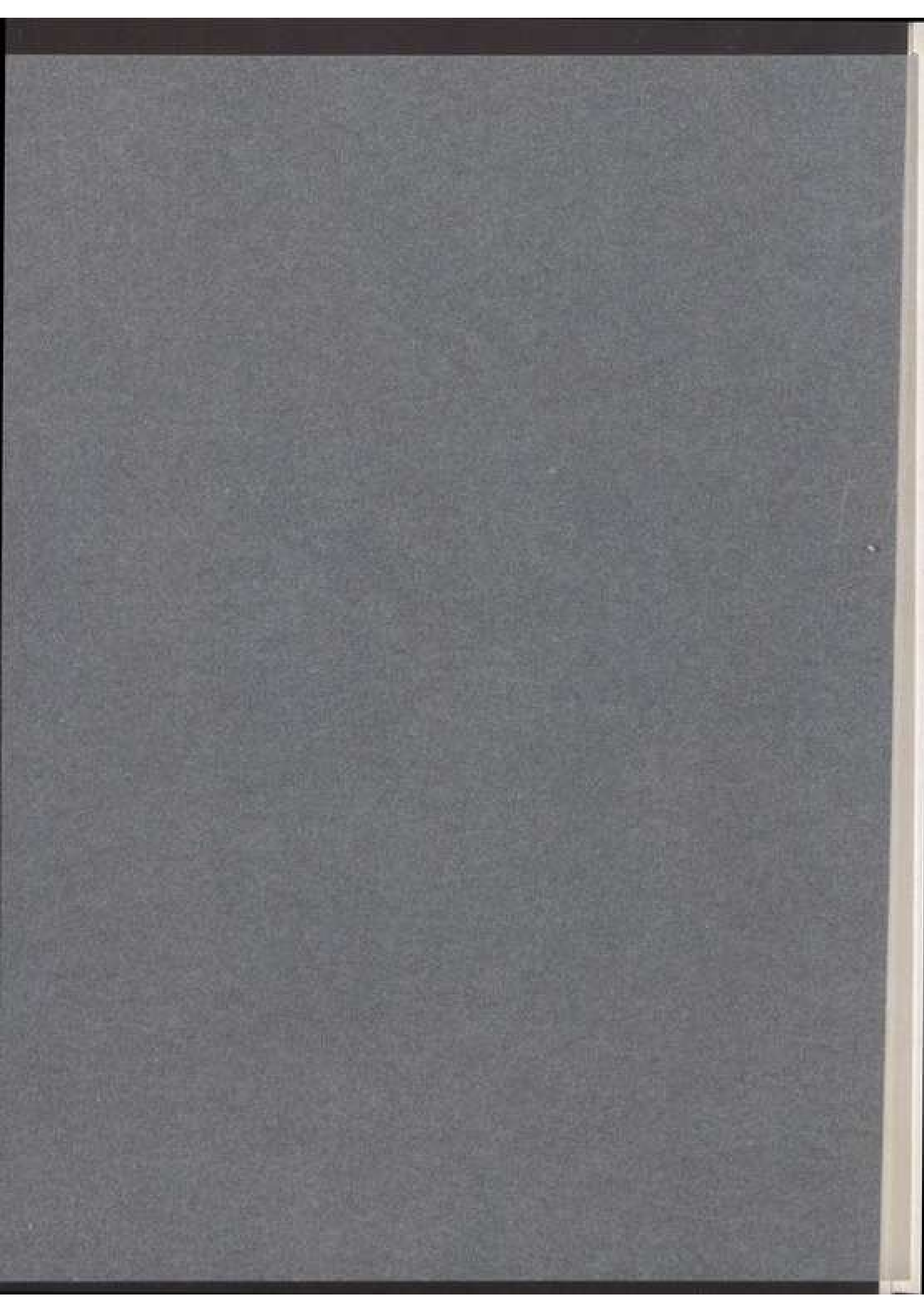
D. G. E. M. N.

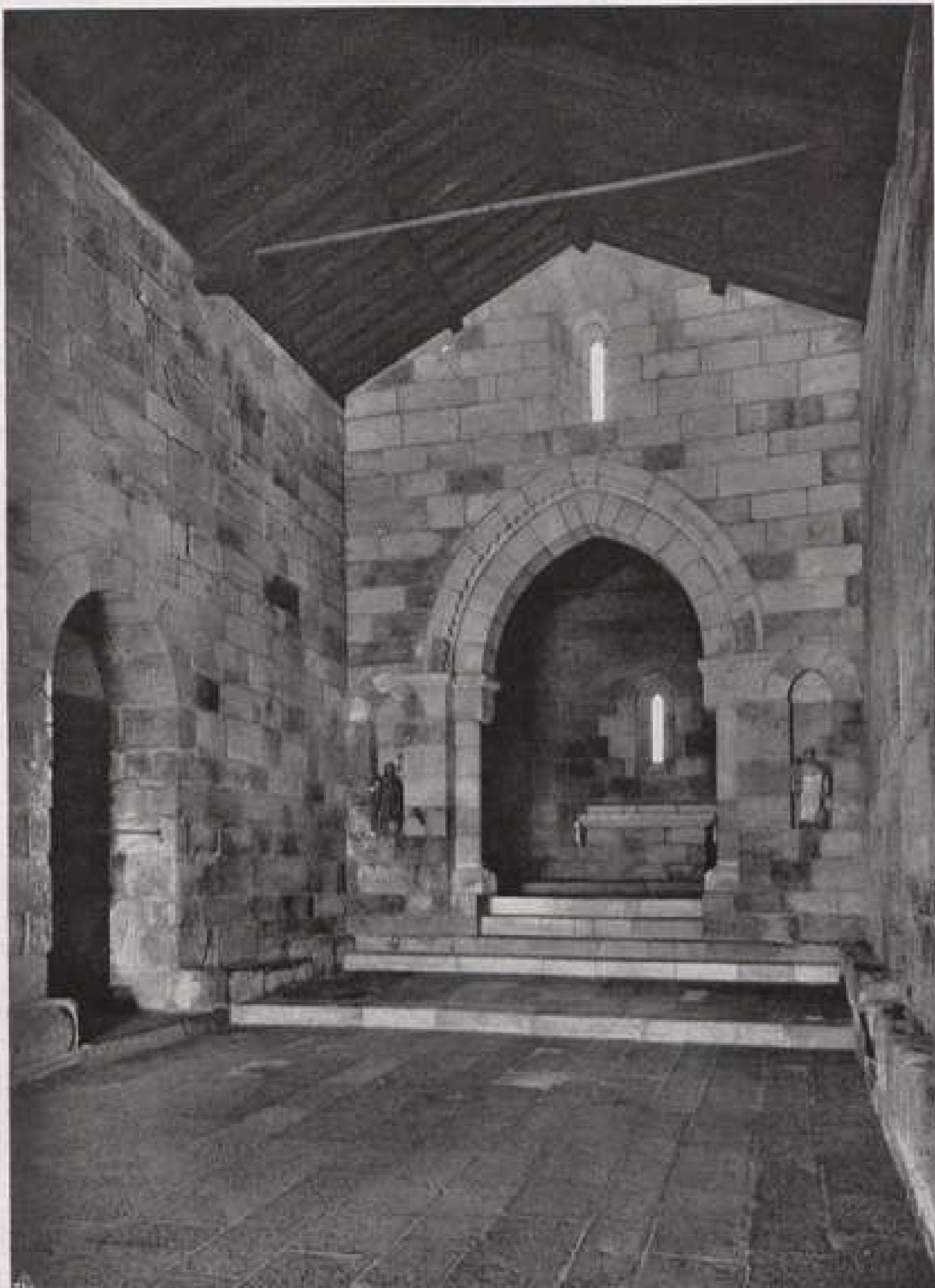
**Fig. 25 – N. S. da Orada — Aspecto interior
antes do começo dos trabalhos.**



D. G. E. M. N.

Fig. 26 — N. S. da Orada — Outro aspecto interior durante os trabalhos de apeamento do arco triunfal que substituiu o primitivo cujas aduelas se vêem no primeiro plano.





D. G. E. M. N.

**Fig. 27 — N. S. da Orada — Aspecto interior da igreja
depois dos trabalhos concluidos.**



D. G. E. M. N.

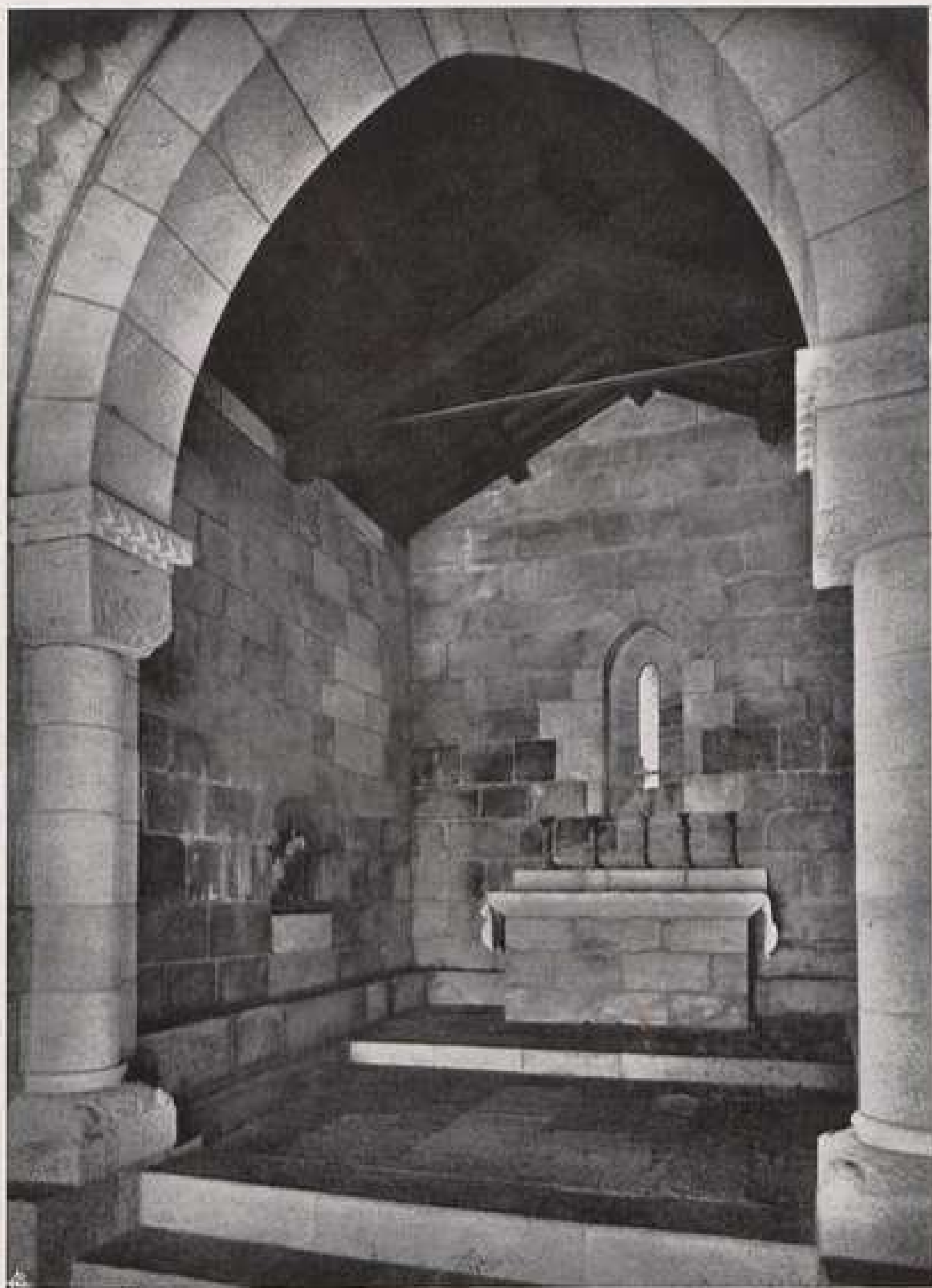
Fig. 28 — N. S. da Orada — Aspecto interior da capela-mor, vendo-se a fresta e a porta que aparecem na fig. 22.





D. G. E. M. N.

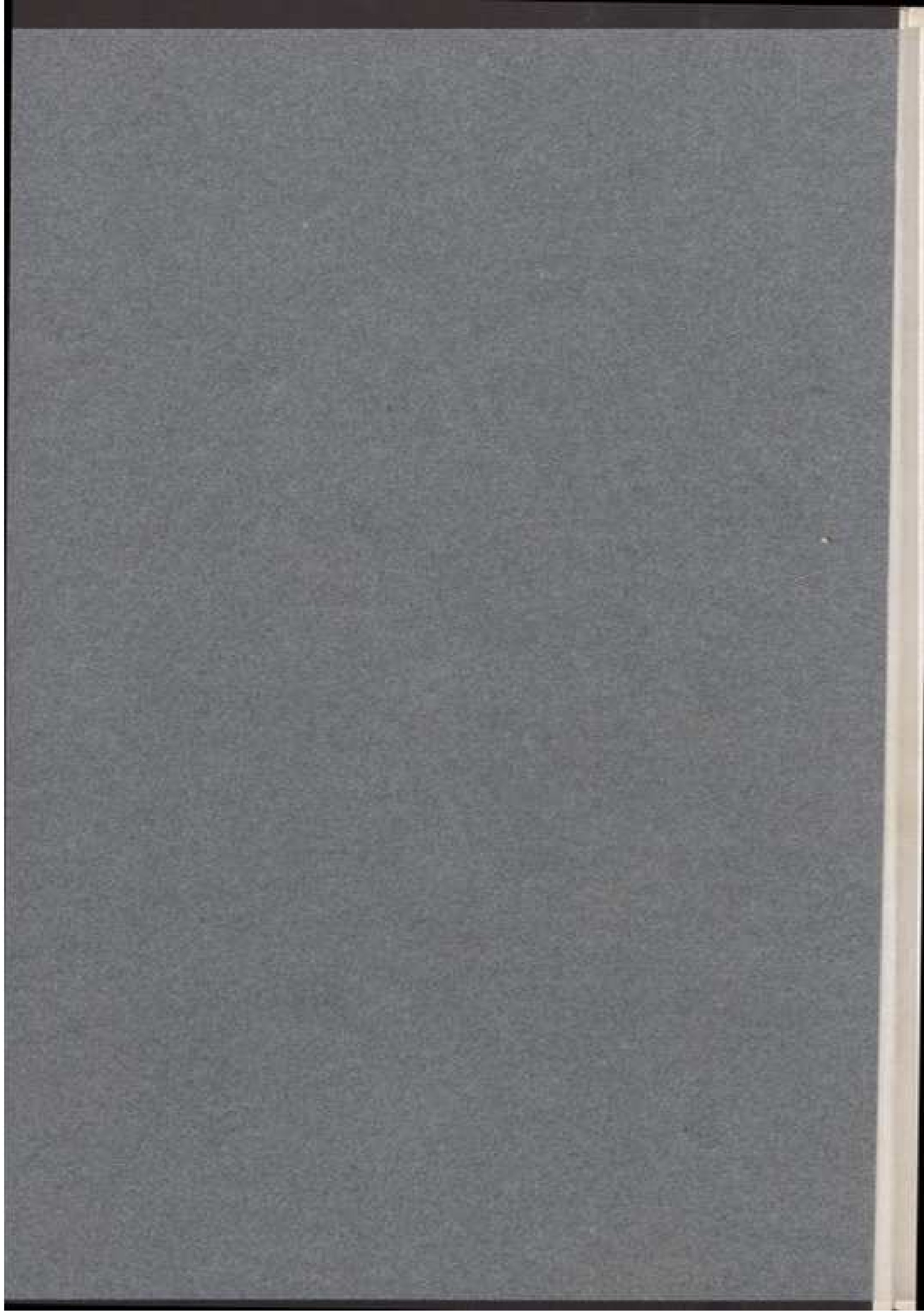
Fig. 29 — N. S. da Orada — Outro aspecto interior da capela-mor
vendo-se a fresta que estava encoberta pelo altar.



D. G. E. M. N.

Fig. 30 – N. S. da Orada — Pormenor interior da capela-mor
[depois da conclusão dos trabalhos de reintegração.







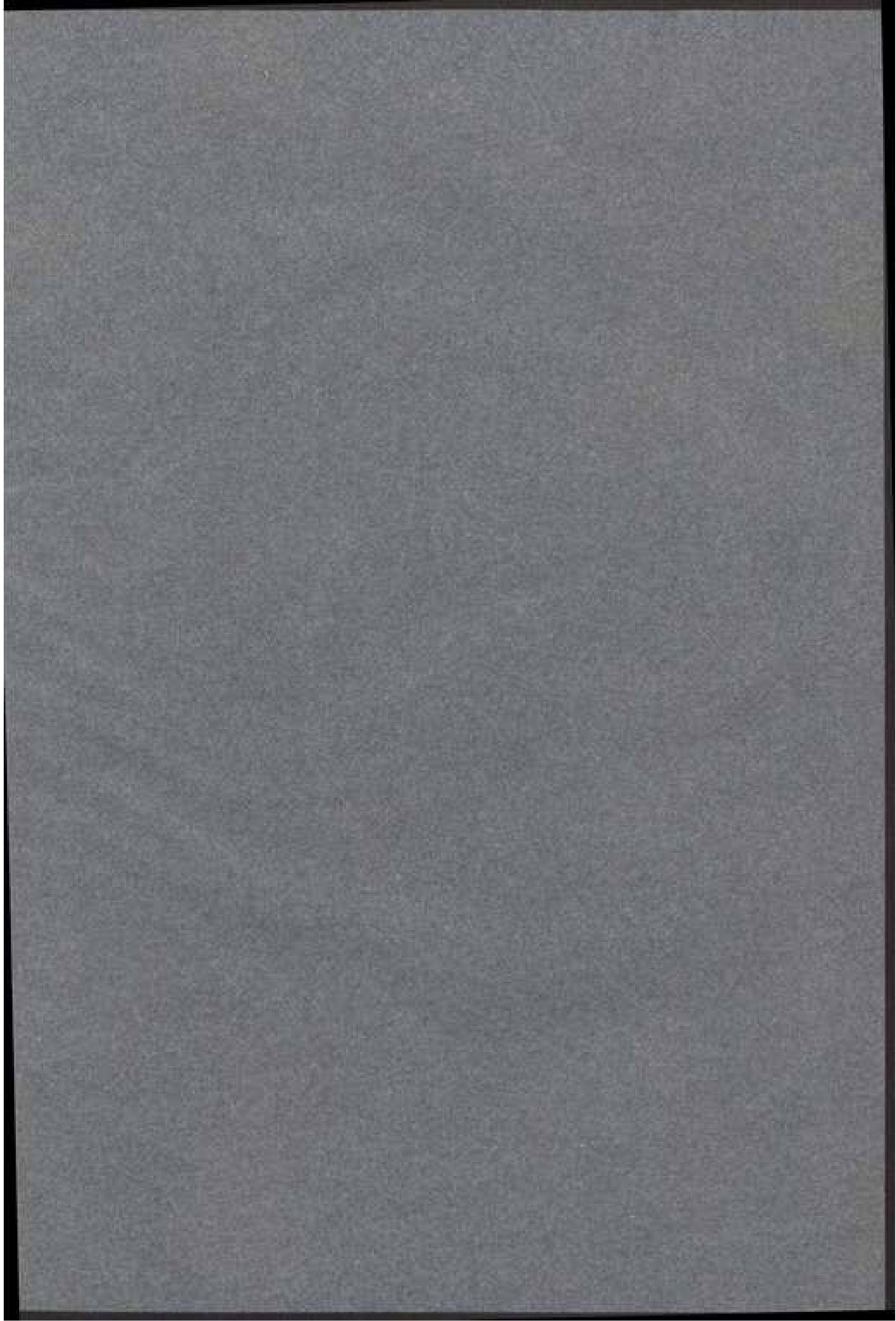
D. G. E. M. N.

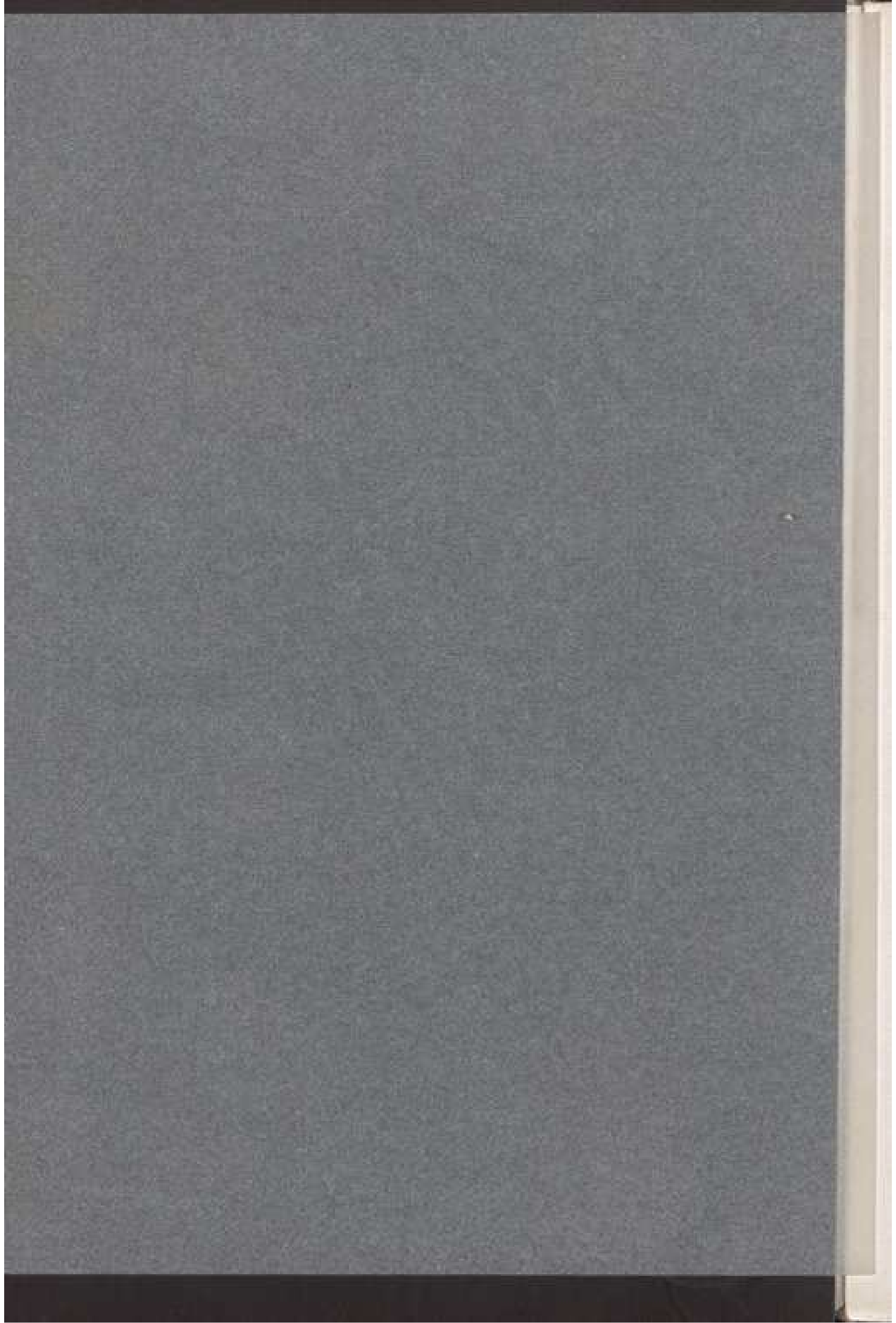
Fig. 31 — N. S. da Orada — Aspecto interior da nave durante os trabalhos de limpeza.

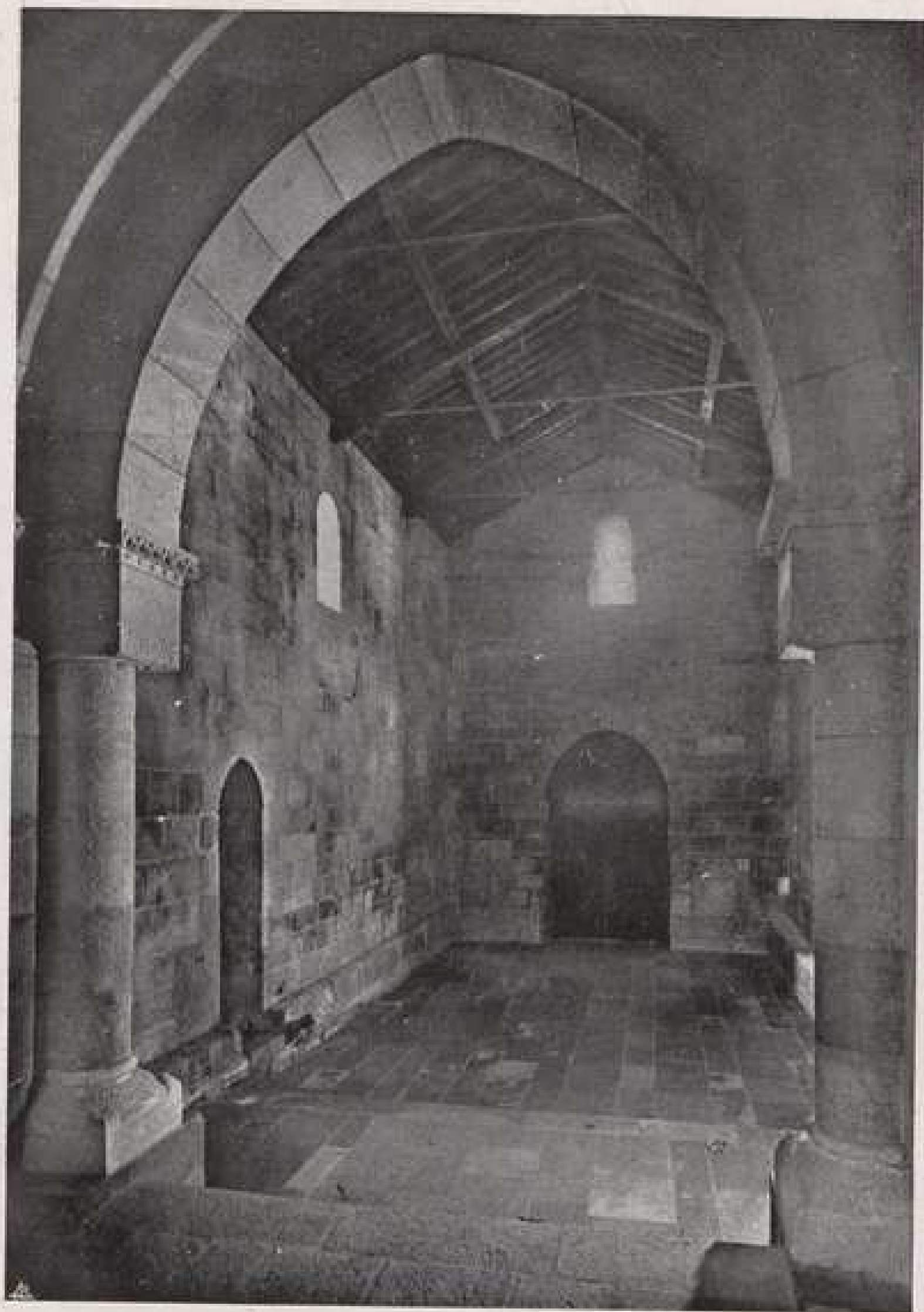


D. G. E. M. N.

Fig. 32— N. S. da Orada'— Outro aspecto interior da nave durante os trabalhos na cobertura.







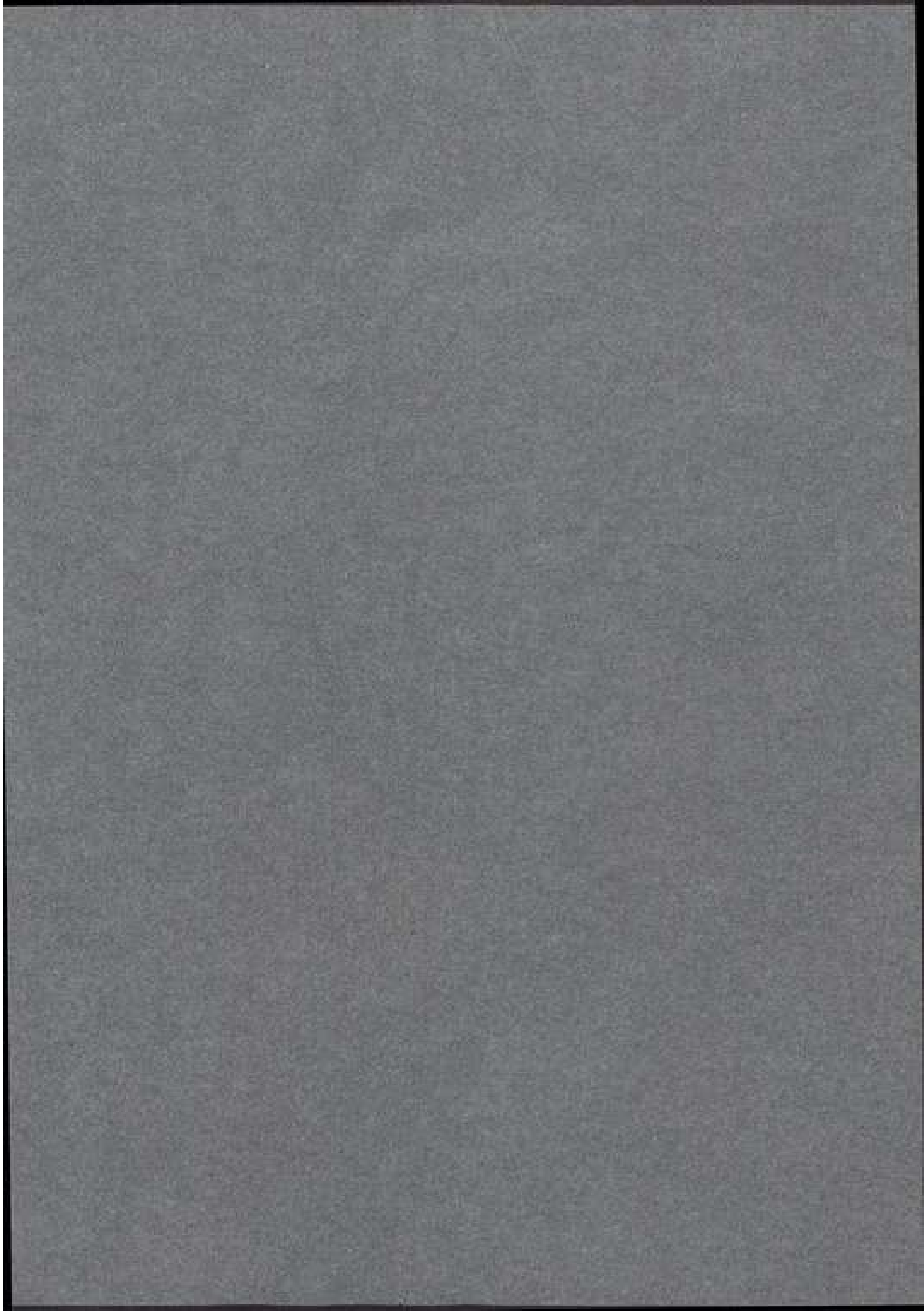
D. G. E. M. N.

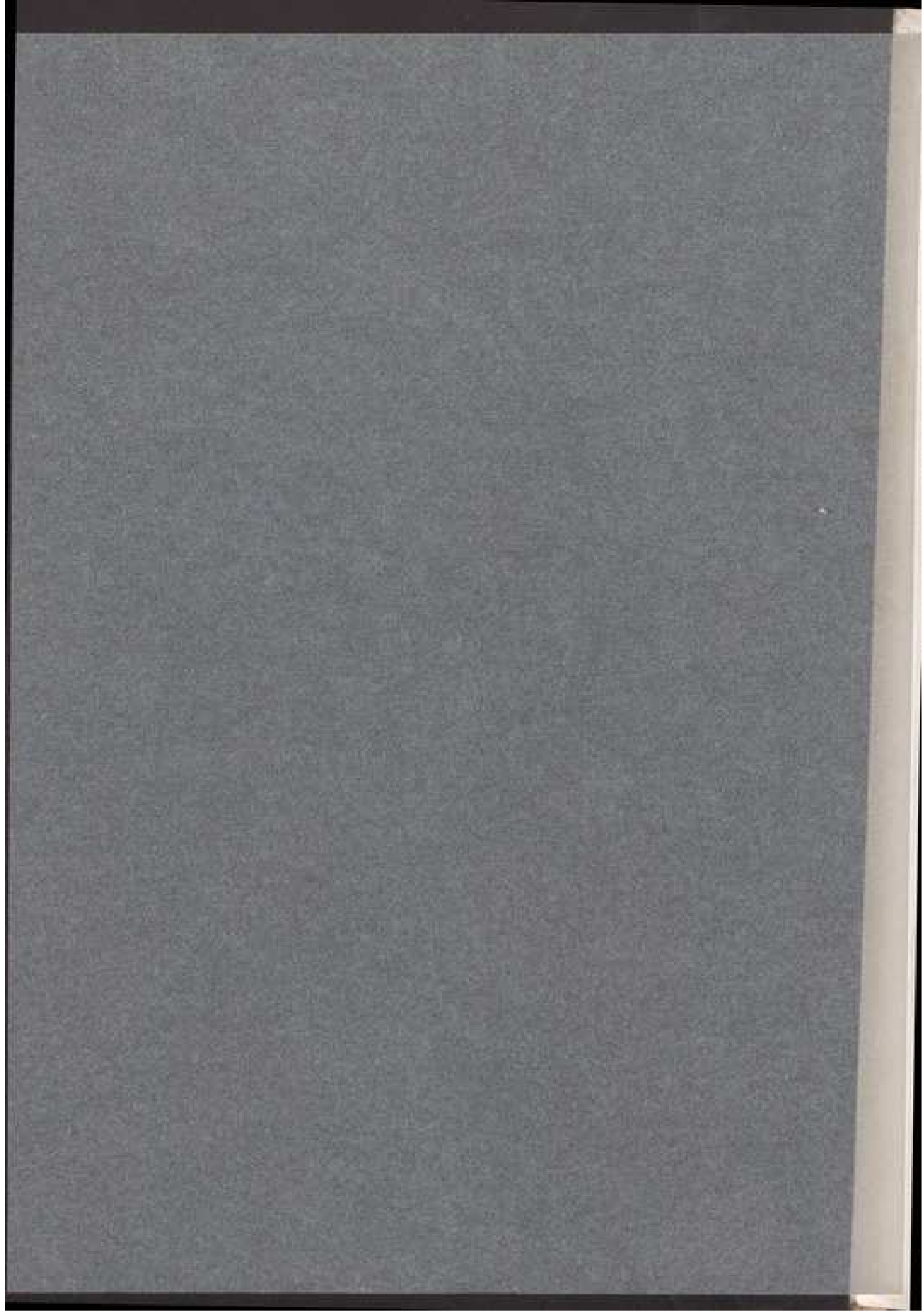
Fig. 33 — N. S. da Orada — A mesma nave depois da conclusão dos trabalhos.



D. G. E. M. N.

Fig. 34 — N. S. da Orada — Pormenor do lado direito da porta principal.







D. G. B. M. N.

Fig. 35 — N. S. da Orada — Outro pormenor do lado esquerdo da porta principal.



D. G. E. M. N.

Fig. 30 — N. S. da Orada — Pormenor do tímpano da porta setentrional.





D. G. E. M. N.

Fig. 37 — N. S. da Orada — Pormenor de cachorro.



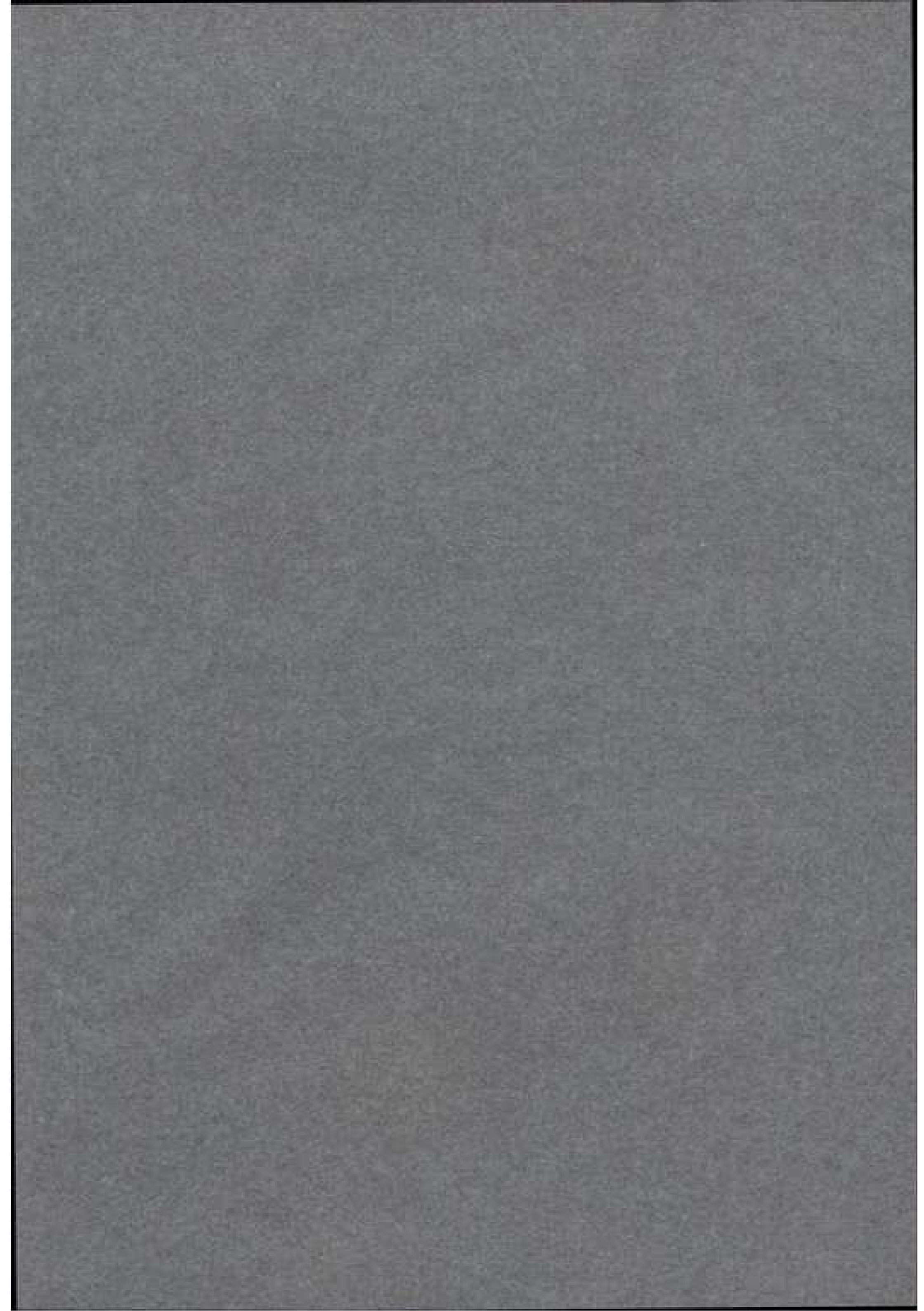
D. G. E. M. N.

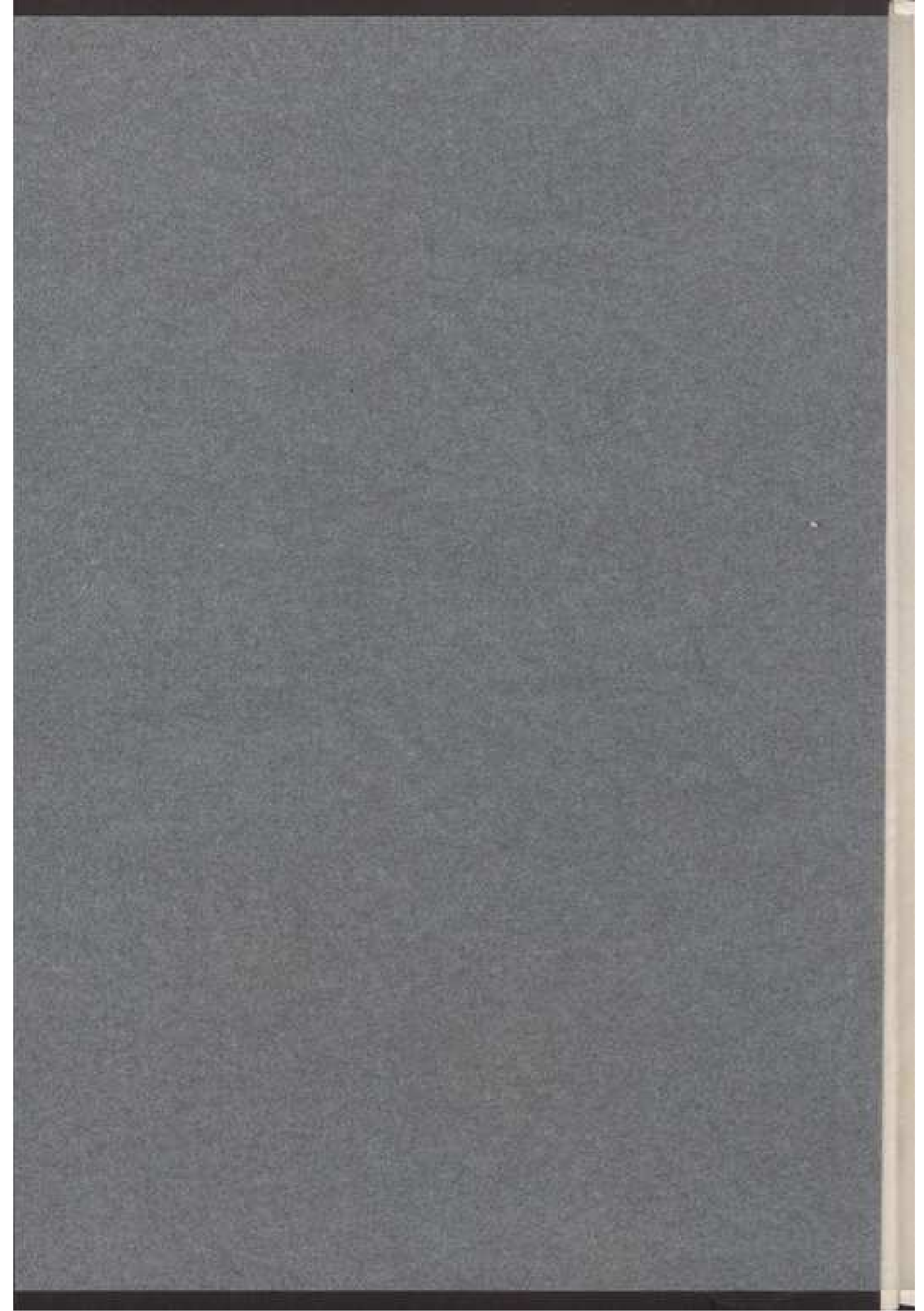
Fig. 38 — N. S. da Orada — Outro pormenor de cachorro.

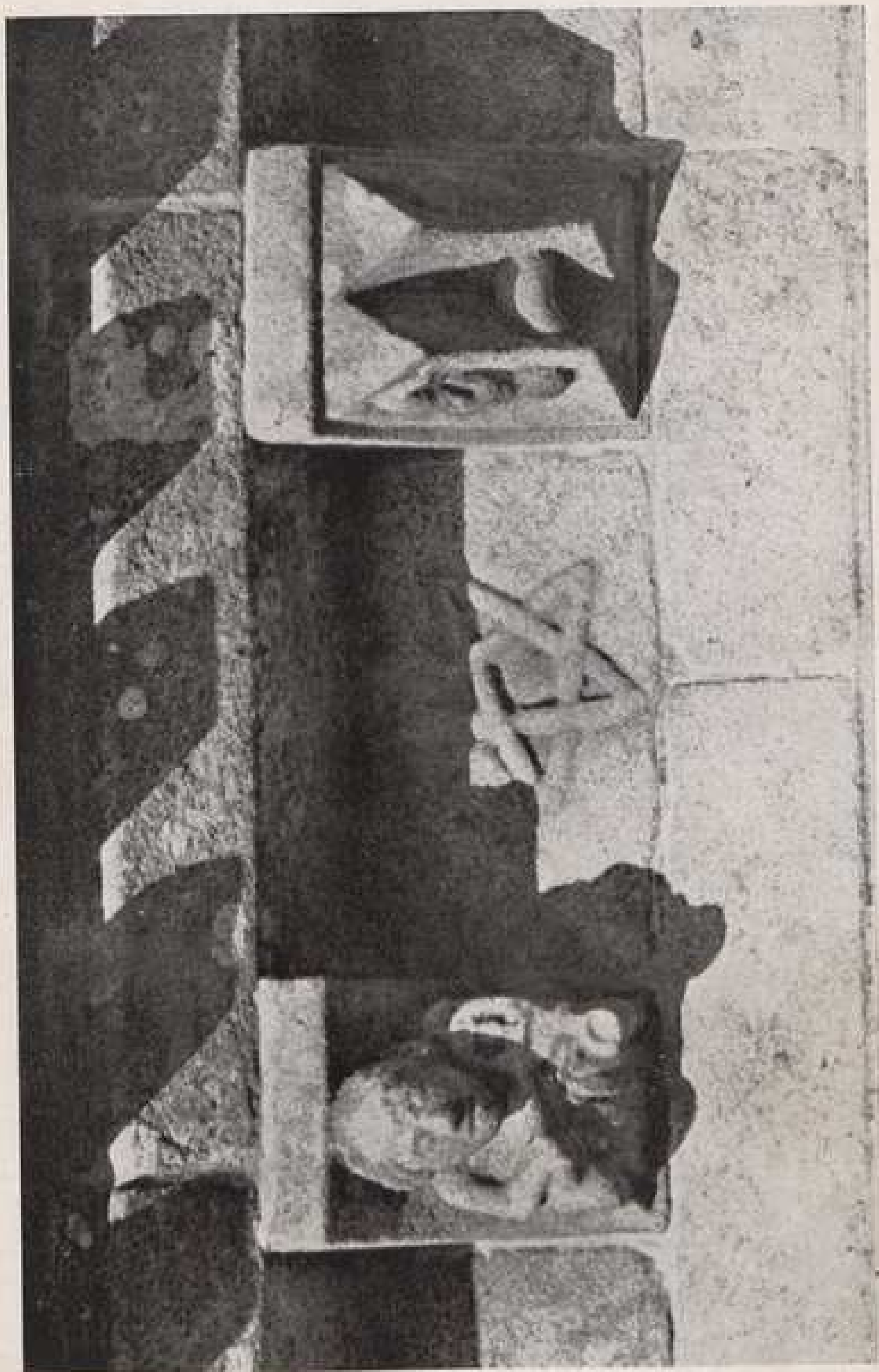


D. G. E. M. N.

Fig. 39 — N. S. da Orada — Conjunto de cornija e cachorros da fachada meridional.







D. G. B. M. N.

Fig. 40 — N. S. da Grada — Outro conjunto do mesmo lado.

